

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
INICIADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2010.** -----

----- **ACTA NÚMERO VINTE E UM** -----

----- No dia 29 de Junho de 2010, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Pinto Antunes e pela Excelentíssima Senhora Dra. Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes, André Nunes de Almeida Couto, António José do Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Freitas Arruda, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Manuel Pimenta Prôa, António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Filipe Mário Lopes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Gonçalo Maria Pacheco da Câmara Pereira, Gonçalo Matos Correia Castro Almeida Velho, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Idália Maria Jorge Poucochinho Morgado Aparício, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Inês Lopes Cavaleiro Ponce Dentinho de Albuquerque D’Orey, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Diogo Santos Moura, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Nuno de Vaissier Neves Ferro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Baker, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Telmo Cabral Saraiva Chaves de Matos, José António Nunes do Deserto Videira, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Joaquim Vieira Pires, José Manuel Rosa do Egipto, José Manuel Marques Casimiro, José Maria Bento de Sousa, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Filipe da Silva Monteiro, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Rezende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Filomena Dias Moreira Lobo, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Isabel Homem Leal de Faria, Maria João Bernardino Correia, Maria José Pinheiro Cruz, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Miguel Alexandre

Cardoso Oliveira Teixeira, Nuno Roque, Paula Cristina Coelho Marques Barbosa Correia, Pedro Alexandre Valente Assunção, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Pedro Miguel Ribeiro Duarte dos Reis, Rita da Conceição Carraça Magrinho, Rita Susana da Silva Guimarães Neves e Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rui Jorge Gama Cordeiro, Rui Manuel Pessanha da Silva, Salvador Posser de Andrade, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Vítor Manuel Alves Agostinho, Rosa Maria Carvalho da Silva, Luís Valter Tembo, Tiago Miguel Nunes Teixeira, António Manuel Prazeres Costa, Mafalda Ascensão Cambeta, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues do Vale César, Maria Margarida Matos Mota da Silva Carvalho, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Manuel Santos Matos Alves, António Manuel Alves, Paulo Miguel Correia Ferrero Marques dos Santos, Miguel Martins Agrochão, Vasco Joel Pereira, Anabela Sancho de Noronha Correia, Maria Luísa Aldim, Joana Rodrigues Mortágua. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Carlos Filipe Marques Lima, João Paulo Mota da Costa Lopes, Maria do Céu Guerra Oliveira e Silva, Sara Luísa Sousa Santos. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Manuel Falcão (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Valter Tembo. -----

----- Luís Graça Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Tiago Miguel Nunes Teixeira. -----

----- Mariana Teixeira (PSD), por um dia, deveria ter sido substituída pela Deputada Municipal Sara Luísa Sousa Santos, que, contudo, faltara à reunião. -----

----- Diogo de Bastos (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Luísa Vicente Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Patrocínia César. -----

----- António Duarte de Almeida (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Margarida Matos Mota da Silva Carvalho. -----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo. -----

----- José Alberto Franco (IND-PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Paulo Ferrero. -----

----- Deolinda Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Páscoa no Plenário e também na Mesa como Segunda Secretária. -----

----- Carlos Carvalho, Deputado Municipal suplente do PCP, pediu a suspensão do mandato por um dia (29 de Junho de 2010). -----

----- Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Luísa Aldim. -----

----- Maria Clara Ferreira da Silva (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Anabela Sancho de Noronha Correia. -----

----- José Rui Roque e João Oliveira Martins, Deputados Municipais suplentes do CDS-PP, pediram a suspensão do mandato por um dia (29 de Junho de 2010). -----

----- Heitor de Sousa (BE), por 60 dias com início a partir do dia 9 do corrente mês, sendo substituído pelo Deputado Municipal José Casimiro. -----

----- Rita Silva (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Joana Mortágua. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- João Serra (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Isabel, por Mafalda Ascensão Cambeta. -----

----- João Taveira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios, por António Prazeres Costa. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Matos Alves -----

----- Belarmino Silva (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por António Manuel Alves. -----

----- Maria de Lurdes Pinheiro (PCP), Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, por Vasco Joel Pereira. -----

----- Paulo Quaresma (PCP), Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, por Miguel Martins Agrochão. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Idália Aparício (PS), relativamente à presente reunião. -----

----- Carlos Lima (PCP), relativamente à presente reunião. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Vereadores: Maria João Mendes, Graça Fonseca, Nunes da Silva, Catarina Vaz Pinto, Sá Fernandes e Helena Roseta. -----

----- Estiveram ainda presentes os Srs. Vereadores da oposição: Victor Gonçalves e Carlos Moura. -----

----- Às 15 horas e 25 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, primeira da Sessão Ordinária de Junho, abrindo, de seguida, o período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Delfino Serras**, morador na Rua de São Lázaro, n.º 66 – 1º, Lisboa, falando em nome do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, disse que a razão principal da intervenção que o Sindicato hoje pretendia fazer, prendia-se com a necessidade urgente da Câmara Municipal de Lisboa abrir concursos de acesso para a ocupação das 2.631 vagas existentes no mapa de pessoal. -----

----- A não entrada de trabalhadores, nomeadamente em áreas sensíveis como a área dos cemitérios, prejudicava não só a qualidade dos serviços que deveriam ser prestados à população de Lisboa, como também colocava em risco a integridade física dos trabalhadores. -----

----- E o facto de existirem 138 trabalhadores coveiros no mapa de pessoal, mas haver 28 vagas por preencher e cerca de 30 trabalhadores estarem em serviços melhorados em virtude do desgaste provocado por acidentes de serviço, tornava essa realidade mais penosa. -----

----- Apesar de ter sido entregue, em Janeiro de 2010, ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa um abaixo-assinado em que se exigia a abertura de concurso, até à presente data não fora tomada qualquer decisão para a resolução deste grave problema. -----

----- Assim, a Direcção do STML solicitava a intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal de Lisboa no sentido de recomendar a abertura do concurso, não só na área dos cemitérios como noutras áreas operacionais onde a necessidade de trabalhadores era uma realidade. -----

----- Disse, ainda, que o Sindicato pretendia também manifestar o seu desagrado pelo desmantelamento dos serviços municipais, nomeadamente o serviço LX Porta-a-Porta, o Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica e o serviço de Moto-Cão do Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, em relação ao que o Sindicato não foi ouvido, sendo que estas medidas punham em causa os serviços prestados pela Câmara Municipal, bem como dezenas de postos de trabalho. -----

----- **A Sra. D. Maria da Conceição Cardoso**, moradora na Rua da Graça, n.º 162, 2º Dtº, 1170-171 Lisboa, disse que recebeu uma carta da Câmara onde lhe era comunicado que, por questões de segurança, precisava que fossem realizadas obras no seu prédio, mas passado que estava quase um ano essas obras ainda não tinham sido realizadas. -----

----- Referiu que a casa é propriedade privada, mas tinha consigo documentos para entregar à Assembleia para que pudessem verificar o estado em que se encontrava o prédio, e pediu que a Assembleia fizesse todo o possível para que, pelo menos, pusessem o telhado e arranjassem a escada, porque daqui a pouco estavam no inverno e já o inverno passado tinha sido horrroso, porque a chuva entrava e ia até às caixas do correio no rés-do-chão. -----

----- **O Sr. Artur Lourenço**, morador na Rua Padre Reis Lima, n.º 43, 1400-263 Lisboa, disse que intervinha em representação da Plataforma por Monsanto, para falar do Parque Florestal de Monsanto, mais concretamente do Festival Delta Tejo que se ia realizar em breve. -----

----- Referiu que a Plataforma por Monsanto vinha reforçar e estender a toda a Assembleia Municipal de Lisboa o apelo feito anteriormente à Comissão de Ambiente, para que fiscalizasse de forma efectiva e rigorosa, não só o que se passava com a implantação do Festival Delta Tejo, mas com todos os projectos previstos e em execução, que constituíam a maior ofensiva contra o parque nos últimos anos. -----

----- Disse que há três anos que se estava a realizar em Monsanto um festival de música com impactos altamente negativos para esse parque florestal, que de ano para ano se agravavam. -----

----- Consideravam que as obras de preparação dos terrenos e montagem de infra-estruturas que há mais de um mês tinham lugar no local, ultrapassavam, este ano,

todas as barreiras do admissível tornando aquele espaço, parte integrante do parque Florestal de Monsanto, protegido pelo Decreto-Lei 580-A, de 16 de Novembro de 1988, num autêntico estaleiro de obras. -----

----- Há mais de um mês que o terreno era alvo de passagem constante de camiões, que têm despejado toneladas e toneladas de terra e pedras, e uma actividade constante e diária de maquinaria pesada, que efectuava grandes terraplanagens e provocava radicais alterações do relevo do local, com a consequente destruição dos solos e da vegetação existente, com um impacto negativo enorme na vida dos animais e plantas que habitavam o local e que deveriam ser protegidos. Eram construídos novos caminhos e colocadas redes, tudo com um único objectivo: preparar o terreno e criar infra-estruturas para a realização do festival. -----

----- A Plataforma por Monsanto estranhava este comportamento por parte de uma empresa que dizia respeitar o ambiente, mas sobretudo por parte da Câmara Municipal de Lisboa, a quem cabia a administração do parque e que deveria ser a primeira a dar o exemplo zelando pela sua boa manutenção e defesa, e não fazendo exactamente o contrário. -----

----- Referiu que no ano em que se comemorava a biodiversidade, e lembrando a enorme importância do Parque Florestal de Monsanto, nesse âmbito, para a Cidade de Lisboa, a Plataforma por Monsanto apelava, não só à Comissão de Ambiente mas também à Assembleia Municipal, que obrigasse a cumprir a Lei que protegia o parque e envidasse todos os esforços para parar de vez com mais este atentado ao parque e à sua biodiversidade. -----

----- Apelava também à Comissão e à própria Assembleia Municipal que obrigasse a Câmara a respeitar a moção aprovada em 20 de Janeiro de 2009, que exigia tolerância zero a actividades que prejudicassem o parque. -----

----- Por fim, disse que a Plataforma por Monsanto aproveitava esta ocasião para apresentar um estudo sobre a biodiversidade e um levantamento sobre os principais problemas do parque, proposto pela Comissão de Ambiente, que agradeciam que lhe fosse entregue, bem como a todos os Grupos Municipais. -----

----- **O Sr. Alexandre Belo Morais**, morador na Rua Alexandre Leman, n.º 3, 1º esqº, 1600-601 Lisboa, disse que representava uma colectividade de cultura e recreio da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, que foi fundada em 1978, e que à semelhança do que acontecia com outras também tem passado por muitas dificuldades. -----

----- Mas imbuídos pelo sacrifício e pelo esforço que a Câmara Municipal tem feito para modificar e arrumar a casa, também a colectividade, no sentido de criar plataformas de orientação e no sentido de trabalharem na parte social, cultural e desportiva da freguesia e da comunidade onde estavam inseridos, estava numa fase franca reestruturação. -----

----- Referiu que o que o trazia agora a intervir na Assembleia Municipal, era a inexplicabilidade da acção do Executivo da Junta de Freguesia, relativamente ao boicote constante que promovia ao trabalho que desenvolviam, tendo-se como referência última os arraiais populares de Lisboa que foram promovidos pela colectividade, sem o apoio do Executivo da Junta, bem como quase todas as acções

que eram promovidas porque, na realidade, aquilo que era inexplicável, e quase inqualificável, é como era que uma freguesia que estava quase no centro de Lisboa e era uma das maiores da Cidade, que é Nossa Senhora de Fátima, tinha no seu Executivo a injustificação para a execução prática de quase tudo que eram acções de promoção do desporto, da cultura e do recreio. -----

----- Disse que não querendo entrar em conflito institucional com a Junta de Freguesia, longe disso, esperava que fosse possível encontrar uma plataforma de diálogo e que os Vereadores, ou os interessados, pudessem esclarecer com eles e convergir no sentido de poderem trabalhar em conjunto. -----

----- **O Sr. Bruno Filipe Esteves Medina Rolo**, morador no Condomínio Parque do Lumiar, Azinhaga da Cidade, Bloco A4 – 6º A, 1750-063 Lisboa, disse que o assunto que o trazia a intervir na Assembleia Municipal, apesar de simples era bastante preocupante, e pedia para o mesmo a melhor atenção, até porque ele próprio já estivera na Assembleia Municipal durante um mandato, e sabia que este período às vezes passava um bocado ao lado dos Srs. Deputados Municipais. Ainda por cima, hoje era um dia um bocado complicado, estava tudo a pensar no jogo de futebol, e temia que, o que hoje dissesse, amanhã estivesse novamente esquecido. -----

----- Disse, então, que gostava de informar a Assembleia que já em Dezembro de 2009 foi enviada uma moção, acerca do atropelamento de um cidadão lisboeta, numa passadeira em frente a uma escola primária na Azinhaga da Cidade, Freguesia da Ameixoeira. Esse cidadão foi vítima de atropelamento e fuga, tendo falecido no local. Essa passadeira já fora alvo de várias recomendações junto da Câmara, até pela parte da Junta de Freguesia em mandatos anteriores, ainda até no tempo em que o Dr. Santana Lopes era Presidente da Câmara, porque era uma passadeira que se apresentava bastante perigosa, e devido ao atravessamento constante de crianças da escola do ensino básico, portanto até aos nove/dez anos de idade, sempre fora alvo de reclamação ao nível da falta de segurança. -----

----- Mas acontecia que nunca nada foi feito, porque em Portugal só se faziam coisas quando aconteciam fatalidades, e era só às vezes. Como eleito da Assembleia de Freguesia, quando tiveram conhecimento desse caso mortal voltaram a alertar as entidades competentes, nomeadamente pediram ao Gabinete do PCP na Câmara Municipal de Lisboa para apresentar um requerimento ao Sr. Presidente da Câmara a pedir explicações sobre o assunto e quais as medidas que estavam a pensar tomar para resolver o problema; foi aprovada uma moção, por unanimidade, na Assembleia de Freguesia da Ameixoeira a reivindicar a alteração do sistema de segurança do atravessamento daquela via; mas tanto quanto sabia, pelo menos através do Presidente da Assembleia de Freguesia, ainda não houve respostas. -----

----- A verdade é que, no último dia de aulas deste ano lectivo, fizera na sexta-feira passada exactamente oito dias, outra cidadã lisboeta que foi levar a filha à escolas às oito horas, foi vítima de um novo atropelamento, seguido de fuga. Não falecera mas foi em estado grave para o hospital. -----

----- Portanto, o que vinha reivindicar à Assembleia Municipal, e também ao Executivo, era que rapidamente se tomassem medidas para resolver o problema, ou

então se aproveitasse aquele cartaz com a guitarra que, na Segunda Circular, anunciava quantos dias faltavam para o Rock in Rio, e se pusesse em frente da escola da Ameixoeira a dizer quantos atropelamentos mortais ainda faltavam para a Câmara intervir nessa matéria. -----

----- Porque isso era demagógico! Todos os cidadãos de Lisboa estavam lembrados que há cerca de dois/três anos, na Freguesia do Lumiar, logo ao lado, em frente à Escola D. José I, uma escola secundária, foi atropelada uma aluna à porta da escola, que falecera no local, porque atravessa fora da passadeira e fatalmente foi atropelada, e a Câmara, porque aquilo dera uma polémica tremenda na comunicação social, com toda a celeridade resolvera o problema, pondo lombas, pondo passadeira, pondo barreiras de protecção de peões, pondo tudo e mais alguma coisa. Não sabia se a Freguesia da Ameixoeira era discriminada por ser ao lado do Lumiar, se era por ser na extremidade de Lisboa, se era porque não aparecia na televisão, a verdade era que isso não podia continuar assim. -----

----- E como, sendo eleito apenas na Assembleia de Freguesia só poderia intervir na Assembleia Municipal duas vezes de seis em seis meses, a Sra. Presidente da Junta de Freguesia vinha a todas as reuniões da Assembleia e pelos vistos não punha a questão, apelava a todos os que tinham responsabilidades nessa matéria que resolvessem o problema rapidamente, porque, no seu entendimento, em futuros atropelamentos deveriam assumir todas as responsabilidades, tanto civil como criminalmente. -----

----- Terminou dizendo que ia deixar cópia da tal moção que foi aprovada, por unanimidade, na Assembleia de Freguesia no passado mês de Dezembro, ela tinha algumas propostas, mas com certeza que o Departamento de Tráfego da Câmara também tinha técnicos competentes para resolver o problema da melhor maneira. -----

----- **Sra. D. Maria Emília Ortet dos Reis Borges Costa**, moradora na Calçada da Ajuda, 166 – 1º dtº, 1300-017 Lisboa, disse que com a sua mãe, de 85 anos, vive no n.º 166 da Calçada da Ajuda, mas essa casa estava a cair aos poucos. -----

----- Em 2005 pediram à Câmara que fizesse uma inspecção ao prédio e a SRU mandara o relatório de uma vistoria, com fotografias, dizendo que era muito perigoso morar nessa casa porque podia ter um incêndio ou o soalho desabar. -----

----- Entretanto, para ultrapassar essa situação, pediram uma casa à Câmara e a resposta que receberam foi que o pedido tinha sido indeferido. -----

----- Depois foi à Segurança Social pedir ajuda monetária para pagar uma renda, ou que lhe arranjassem uma casa, e também aí a resposta foi que não era possível fazer nada. -----

----- A seguir foi à assistente social da Junta de Freguesia da Ajuda, expusera o problema, e a resposta foi que não podia fazer nada. -----

----- Entretanto foi falando na Junta de Freguesia a pedir que lhe resolvessem o problema, e foi-lhes dito que não podiam fazer nada, apenas podiam dar algum material para que fizessem a obra. -----

----- Agora, vinha encarecidamente pedir à Assembleia e à Câmara Municipal que lhe resolvessem o problema, porque não podiam viver naquela casa e também não podiam ir viver para a rua, porque a sua mãe tinha 85 anos e, ainda por cima, era doente. -----

----- **O Sr. António Manuel Fernandes André**, morador na Rua André Vidal de Negreiros, lote 12, rés-do-chão, 1950-024 Lisboa, leu a exposição que a seguir se transcreve: -----

----- “Chamo-me António André e represento o Movimento de Associações e Comissões de Moradores de Marvila contra a actual Lei da Renda Apoiada, Movimento este que trabalha junto das Associações, e das Comissões, no sentido de resolver este assunto que preocupa os Moradores de todos os bairros de Marvila, tutelados pela GEBALIS e pelo IHRU. -----

----- Como é do vosso conhecimento, os bairros das Amendoeiras e Lóios, em Marvila, entre 2005 e 2007, travaram uma luta contra a Fundação D. Pedro IV, devido ao facto de essa Fundação ter tentado aplicar aos moradores a actual Lei da Renda Apoiada, luta essa que, com a união dos moradores, obrigaram essa Fundação a recuar nas suas intenções e a perder o Património que tinha recebido de forma gratuita do Governo dessa altura. -----

----- Voltam agora os moradores a ser confrontados com a aplicação desta Lei, agora por parte do actual governo, Lei que tal como está redigida tem, para a generalidade dos moradores, um grande impacto negativo por provocar aumentos inoportunos de renda. -----

----- Torna-se assim necessário, promover a suspensão e alteração da lei 166/93 de 7 de Maio nos seus pontos mais polémicos, no sentido de trazer mais justiça social, para aqueles que são alvo desta Lei injusta. -----

----- Assim sendo, os moradores presentes, vêm apelar a todos os Srs. Deputados Municipais de todas as forças políticas, no sentido de acolherem favoravelmente a Moção que será hoje apresentada nesse sentido, para posteriormente ser apresentada à Assembleia da República e ao Governo com o objectivo de ser reparada uma clara injustiça social. -----

----- **O Sr. Artur Jorge Pontes Freitas Morna**, morador na Av. Estados Unidos da América, n.º 10 – 2º Q, 1700 Lisboa, disse que os estudantes do ensino superior, ali hoje representados pela Associação de Estudantes do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa e pela Associação Académica de Lisboa, vinham alertar para o clima de insegurança instalado na Cidade Universitária. -----

----- No decorrer do presente ano lectivo foram dezenas de ocorrências registadas, apenas pela segurança do ISCTE. Estava a falar de ocorrências que visavam, normalmente, o furto de computadores portáteis e telemóveis. Os computadores, principalmente, eram objectos essenciais para a prossecução dos objectivos académicos dos alunos, recorrendo estes, muitas vezes, a empréstimos bancários para os adquirir, e o roubo dos computadores pessoais implicava a perda de todo o material académico neles armazenado. -----

----- Mas a preocupação não se restringia apenas às perdas materiais dos alunos. Preocupava-os, fundamentalmente, o risco a que eram expostos quando abordados por esses indivíduos. -----

----- No dia 28 de Dezembro de 2009, o relatório da equipa de segurança do ISCTE descrevia o seguinte: -----

----- “Pela meia-noite e meia foi informado pelo vigilante que se encontravam na associação a aluna Andreia Lopes e o aluno Ivan Coelho, ambos feridos numa tentativa de assalto no parque de estacionamento” -----

----- A 9 de Abril de 2010, o Prof. Carlos Serrão, informara os responsáveis pela segurança do ISCTE, que uma aluna sua tinha sido vítima de tentativa de assalto nessa semana, e como não tinha sido bem sucedido o agressor cortara-lhe a mão. -----

----- Ainda no decorrer do mês de Abril, um aluno do ISCTE, da pós-graduação de administração pública, que preferira não ser identificado, fora vítima de agressão numa das saídas da Faculdade de Farmácia, tendo as lesões sofridas no assalto obrigado a uma intervenção cirúrgica e internamento hospitalar. -----

----- No dia 11 de Maio de 2010, às 19:30 horas, o aluno do ISCTE, Diogo Alves, do 3º ano de gestão, ao chegar ao seu carro verifica que este foi assaltado e comenta o seguinte: “Não é o facto de me terem levado os meus bens, alguns deles bens essenciais à realização da cadeira de projecto empresarial, que me leva a enviar este *e-mail*, mas a invasão da minha propriedade e a notória falta de segurança verificada nas imediações do ISCTE.” -----

----- Portanto, era no sentido de, em conjunto, encontrarem soluções de forma a prevenir futuras ocorrências, que hoje se dirigiam à Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- A título exemplificativo, enunciou algumas medidas tomadas pela Reitoria do ISCTE: realizara-se a desmatação das zonas pertencentes ao *campus*, colocaram-se mais pontos de luz, foram ainda colocadas placas indicativas dos percursos pedonais aconselháveis, realizaram-se acções de sensibilização no sentido de informar as pessoas das melhores formas de evitar este tipo de ocorrências e de como proceder em caso de assalto, e reforçara-se a equipa de segurança com dois seguranças com funções exclusivas de patrulhamento das zonas externas ao ISCTE. -----

----- Contudo, sozinhos não conseguiriam combater aqueles que, de forma covarde, tentavam ganhar a vida, pelo que apelavam à intervenção da Câmara Municipal de Lisboa junto das instituições responsáveis, o ISCTE, a Universidade de Lisboa e o Comando Metropolitano de Lisboa, no sentido de encontrarem soluções para este problema. Os estudantes, representados na sua maioria por pessoas de baixo rendimento, não poderiam continuar a ser alvo destes ataques, que colocavam em risco, além dos seus objectos de trabalho, a sua integridade física. -----

----- **O Sr. Prof. Gentil da Silva Martins**, morador na Rua D. Francisco Manuel de Melo, n.º 1 – 3º dtº, 1070-085 Lisboa, disse que o motivo que o trazia a intervir na Assembleia Municipal era relativamente simples: considerava que uma criança não era um adulto pequenino, não era um adulto em miniatura. -----

----- O Ministério da Saúde pretendia, em Lisboa, e curiosamente apenas em Lisboa, porque, como sabiam, ia ser inaugurado um hospital para crianças em Coimbra e estavam-se projectando e defendendo dois para o Porto, encerrar o Hospital D. Estefânia, segundo os planos do Ministério da Saúde, e substituí-lo por uma enfermaria para crianças num hospital geral de adultos, com a eventual e previsível promiscuidade em muitas situações, porque num hospital comum de adultos e

crianças haveria mistura seguramente. Ora, o que defendiam era a existência de um hospital pediátrico autónomo, um hospital específico para as crianças. -----

----- Disse que a Declaração Universal dos Direitos do Homem foi lançada em 1948 e, curiosamente, anos mais tarde fazia-se a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Porquê? É que se calhar constatara-se que a criança era diferente e tinha necessidades diferentes. -----

----- E era um problema muito grave. Quando a Sra. Ministra dizia que era um problema de opção que fizera de meter um serviço de crianças dentro de um hospital de adultos, em vez de fazer um serviço e um hospital autónomo, era por razões técnicas, a Sra. Ministra nunca afirmara que razão técnica era, e, por outro lado, por razões técnicas ia fazer um hospital em Coimbra e dois no Porto e acabar com o de Lisboa, o que era pouco compreensível, para além de que parecia esquecer um problema fundamental. É que a medicina não era só técnica, era um problema humano geral, e o ambiente em que a criança tinha que estar inserida não era um ambiente igual ao do hospital do adulto. -----

----- Portanto, era um erro histórico ir destruir um hospital de crianças como o de D. Estefânia, sem o substituir por um novo hospital, autónomo, tecnológico, fantástico, mas completamente independente de um hospital de adultos. Próximo era vantajoso porque havia uma penetração, uma conjugação de esforços, sobretudo depois na adolescência que era uma fase de transição, portanto seria muito bom que estivessem próximos. -----

----- Agora, o Hospital D. Estefânia foi uma doação do Rei, foi dos primeiros na Europa em que se reconheceu que a criança tinha especificidades próprias, e foi uma doação para esse fim. Portanto, achavam que esse espaço deveria continuar a ser dedicado à criança, e não ser alienado para outras coisas, nomeadamente para o imobiliário. -----

----- Disse que aquilo que se fizesse agora ia repetir-se por muitas gerações, e o prejuízo que agora criassem iria ser de longo prazo, não iria ser uma coisa que se corrigisse facilmente. Ou seja, os erros de agora iriam durar por muito tempo. -----

----- As crianças precisavam de facto de condições próprias, de profissionais que se lhe dedicassem inteiramente. As crianças tinham doenças e patologias diferentes do adulto, as crianças precisavam de pessoas que tivessem realmente o gosto de tratar crianças e de lidar com os pais, o que às vezes não era fácil. Mas, de qualquer modo, era todo um ambiente geral que era importante e não apenas a tecnologia. Reduzir a medicina a tecnologia era um erro de base, era um erro absolutamente inaceitável em qualquer circunstância. -----

----- Disse, ainda, que Lisboa tinha cerca de 600 mil crianças enquanto Coimbra tinha 200 mil, mas em Coimbra fazia-se um hospital para crianças e em Lisboa não era preciso! Isso não tinha qualquer sentido. De facto, as crianças precisavam do seu próprio hospital. Nas capitais de mais de 50 países que se consideravam mais evoluídos, não havia uma única que não tivesse um hospital pediátrico, com excepção de Oslo, na Noruega, onde questões específicas fizeram com que, até por tradição,

esse hospital ainda não existisse separado. Era um hospital anexo mas não estava separado. -----

----- E mais: havia massa crítica, havia rentabilidade e não podiam esquecer que o custo de um hospital, por muito grande que fosse, representava apenas três anos de funcionamento. Qualquer pessoa sabia isso. Três anos de funcionamento de um hospital era o preço equivalente à construção, portanto que não viessem dizer que a construção era muito cara e que a tecnologia não iria ser utilizada, porque ia. Havia massa crítica para essa tecnologia, e, por outro lado, havia terreno, bastava que a Câmara o cedesse, desde que o Ministério o pedisse como era evidente. -----

----- Portanto, fundamentalmente, o que se pretendia era que se apoiasse a existência de um hospital pediátrico e se respeitassem os direitos das crianças. -----

----- **A Sra. D. Gilda Maria Alves Caldeira**, moradora no Bairro da Boavista, Rua das Acácias, lote B rés-do-chão C 1500-663 Lisboa, disse que nasceu no Bairro da Boavista à 54 anos, e nessa altura se a sua mãe precisava de a levar ao médico não precisava de sair do bairro porque tinham um posto médico tanto para crianças como para adultos. Mas hoje a sua mãe, que tem 86 anos, se precisasse de um penso ou de uma injeção, tinha que ir com ela para Benfica porque no Bairro da Boavista não existia. -----

----- Aliás, até para levantar uma simples reforma tinha que ir com ela para Benfica, com todos os problema que tinha de locomoção já que pesava mais de cem quilos e mal podia andar. -----

----- Disse, depois, que há alguns anos a GEBALIS mandara cartas aos inquilinos para lhes vender as casas. Os inquilinos trataram de tudo, pagaram inclusive aos avaliadores, mas passados uns meses tudo isso foi considerado sem efeito e ninguém dera às pessoas o dinheiro que elas gastaram para tratar das coisas. -----

----- Referiu que tinham o Jardim da Pedra e o Bairro da Boavista tudo sem luz. Há quatro anos puseram lá uns holofotes, ligaram-nos mas lâmpadas nunca lhes meteram.

----- Perguntou se o Sr. Presidente da Câmara se lembrava do caso da D. Guilhermina, que em Setembro do ano passado lhe dissera que há três meses não dava banho ao marido porque não podia, o que queria dizer que o senhor estava há um ano numa cadeira de rodas sem tomar banho. -----

----- Disse, ainda, que no bairro não tinham uma estrada como devia ser, como o Sr. Presidente sabia. -----

----- Perguntou também ao Sr. Vereador responsável pelo urbanismo, se por acaso teria alugado o espaço que era do Águias a algum realizador para fazer um filme de terror. E, se alugara, que ao menos metesse lá uns taipais para não envergonhar tanto os moradores. Mas como acreditava que não teria feito isso, gostaria de saber quando era que a Câmara retirava dali aquele mamarracho que desde Fevereiro lá estava. -----

----- Disse que o Bairro da Boavista era o bairro social mais antigo de Lisboa, mas era também aquele que mais tem sido desprezado pelos órgãos autárquicos de Lisboa, porque não tinham nada. Faziam-lhes casas que logo no primeiro ano as pessoas que para lá iam morar tinham que meter alguidares a apanhar a água, o que era de lamentar porque eram casas novas. Aliás, casas novas onde este ano tiveram que

meter mangueiras pelas paredes para a água ir para a rua, casas de um bairro social onde se pediam 500 ou 600 euros para se estar a viver naquela podridão, com toalhas de plástico nas camas para as crianças não se molharem. -----

----- Lamentava que isso se passasse no seu bairro, na sua autarquia, e que em 36 anos de liberdade no Bairro da Boavista não se fizesse nada a não ser casas que só tinham telhado, porque de resto não tinham mais nada. -----

----- Terminou pedindo que lhe dessem resposta a estes problemas, e que se lembrassem que a população do Bairro da Boavista era muito idosa e que, por isso mesmo, não podiam deslocar-se para Benfica para pôr um simples penso ou levantarem uma mísera reforma. Era altura de se fazer alguma coisa pelo Bairro da Boavista, que há 36 anos era desprezado pela autarquia. -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, dado que não havia mais nenhuma pessoa inscrita para intervir, deu por encerrado o período de intervenção do público, declarando aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS NÚMEROS DOZE, TREZE, CATORZE, QUINZE, DEZASSEIS, DEZASSETE E DEZOITO** -----

----- **A Senhora Presidente** pôs em apreciação as referidas actas e, como ninguém desejara pronunciar-se sobre o conteúdo das mesmas, de imediato as submeteu à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. ---

----- Depois informou que hoje tinham duas votações por escrutínio secreto para fazer, relativamente aos pontos 2 e 3 da Ordem de Trabalhos, uma para a eleição de dois membros para o Conselho Municipal de Segurança de Lisboa, e outra para a eleição de um membro para o Agrupamento dos Centros de Saúde. -----

----- Portanto, os escrutinadores indicados pelo PSD, pelo PS e pelo PCP, respectivamente, Deputada Municipal Maria José Cruz, Deputada Municipal Elisa Madureira e Deputado Municipal Vítor Agostinho, tomariam de imediato lugar na mesa de voto, para que a votação decorresse em paralelo com o andamento dos trabalhos e não tivessem que os interromper para fazer a votação. -----

----- Depois informou que ao abrigo do artigo 42º do Regimento, n.º 2, ia dar a palavra à Sra. Deputada Municipal Paula Correia, IND-PS, que tinha uma informação a dar à Assembleia, e pensava que era curial que ela a desse verbalmente, para além de entregar o seu pedido de suspensão. -----

----- **A Deputada Municipal Paula Correia (IND-PS)**, no uso da palavra, disse que tomara conhecimento, na passada sexta-feira, do Parecer do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa, que se pronunciava pela incompatibilidade entre as funções de Deputado Municipal e as funções de assessoria de Gabinete de Vereação, em regime de contratação de prestação de serviços. -----

----- Estando pessoalmente nessa situação, e sem prejuízo da sua discordância em relação ao referido Parecer, solicitava à Sra. Presidente da Assembleia Municipal que efectuasse as diligências necessárias, nomeadamente o pedido de pareceres a entidades competentes na matéria, para aclarar a presente situação. -----

----- Desta forma, para que a Assembleia Municipal de Lisboa, para a qual foi eleita e a que muito se honrava de pertencer, não ficasse ferida de qualquer acto de ilegalidade nas suas decisões, bem como prezando a sua idoneidade, solicitava à Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa a suspensão do meu mandato, com efeitos imediatos, pelo período necessário ao esclarecimento da questão, invocando, assim, o artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Agradeceu a todos os membros da Assembleia Municipal de Lisboa, bem como a todos os seus funcionários, a forma cordata e construtiva como o trabalho tem sido efectuado até à data. -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, procedeu à leitura do Voto de Pesar pelo falecimento do escritor José Saramago, subscrito pela Sra. Presidente e por representantes do PSD, PS, PCP, CDS-PP, BE, MPT e PEV, o qual tinha o seguinte teor: -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- Pelo falecimento de José Saramago -----

----- “José Saramago, nascido em 16 de Novembro de 1922 na Azinhaga do Ribatejo e falecido no passado dia 18 de Junho em Lanzarote, será sempre recordado como uma figura impar das Letras e da Cultura em Portugal. -----

----- Serralheiro mecânico, funcionário administrativo, tradutor, editor, romancista, poeta, dramaturgo, cronista, ensaísta e escritor, Honoris Causa de dezenas de Universidades no mundo, traduzido em 42 línguas, publicado em 53 Países com um numero de vendas dos seus livros estimado em 10 milhões de exemplares, a sua vida foi, com diz Eduardo Lourenço “o seu melhor romance”. -----

----- Laureado com o Prémio Nobel da Literatura em 1998, viu nesse galardão o culminar de uma carreira de romancista iniciada em 1947, plena de grandes obras e aclamação do público e da crítica, e já então concretizada noutras e relevantes honras literárias, como por exemplo o Prémio Camões, para além de outros 17 prémios literários. -----

----- Tanto o Prémio Camões como o Prémio Nobel foram a devida vénia por uma carreira iluminada por obras como “Memorial do Convento” (1982), “O Ano da Morte de Ricardo Reis” (1984), “A Jangada de Pedra” (1986), “A História do Cerco de Lisboa” (1989), “O Evangelho Segundo Jesus Cristo” (1991), “Ensaio Sobre a Cegueira” (1995), “Todos os Nomes” (1997) e outras, mas que também se devem considerar como projectados para o seu próprio futuro, fruindo nas páginas de “A Caverna” (2001), “O Homem Duplicado” (2002), “As Intermitências da Morte” (2005), “A Viagem do Elefante” (2008) ou “Caim” (2009). -----

----- A sua magnífica obra, impelida por aquele prémio maior da escrita mundial, viu reforçada a sua dimensão e divulgação universal, impondo a respectiva tradução em dezenas de línguas e expondo de forma ainda mais extraordinária o acervo de trabalhos editados desde aquela data. -----

----- Da sua aclamação internacional tomaram os portugueses parte para o conjunto da literatura nacional, da qual passou José Saramago a tornar-se a figura de proa nos nossos tempos, consigo transportando a Língua e a Cultura portuguesas, em nome

próprio e em representação das demais figuras da criação artística nacional que o antecederem ou lhe sobreviverão. -----

----- No âmbito da actividade politica de José Saramago, importa nesta sede sublinhar o seu exercício do cargo de Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa eleito pela Coligação “Por Lisboa” em 1990 indicado pelo Partido Comunista Português, de que foi membro desde 1969, na senda da sua marcada e reconhecida acção cívica, uma das imagens de marca reconhecidas ao homem. -----

----- José Saramago foi também um construtor de Abril, dando continuidade à sua acção como antifascista, desde o Dia 25 de Abril de 1974, como protagonista no processo revolucionário que viria a transformar profunda e positivamente Portugal com a construção de uma democracia, tendo como principal referência a defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e de Portugal, e morreu como militante do PCP, o partido que ele quis que fosse o seu até ao fim da sua vida. -----

----- A sua morte representa uma enorme perda não só para o País mas, também e de sobremaneira, para a Cidade de Lisboa, que o teve como seu e que contou com a sua presença e empenho enquanto escritor, enquanto cidadão e enquanto político. -----

----- Em virtude do quanto se descreveu e sempre se recordará, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em plenário, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de José Saramago e expressa, a sua mulher Pilar del Rio, a sua filha Violante de Matos, aos seus familiares e à Fundação José Saramago as mais sentidas condolências, propondo à Câmara Municipal de Lisboa que atribua o seu nome a uma artéria da cidade.” -----

----- Finda a leitura, submeteu à votação o Voto de Pesar, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- **Os Deputados Municipais Inês Dentinho e António Pinheiro Torres**, do PSD, apresentaram, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votámos favoravelmente o pesar pela *morte* de José Saramago, na Assembleia Municipal de Lisboa de 29 de Junho de 2010, porque o texto proposto pela Exma. Senhora Presidente da AML, e subscrito por todos os partidos, à excepção do PPM, mereceu globalmente a nossa concordância. No entanto, gostaríamos de deixar registado que o respeito que é devido aos mortos não deve ignorar aspectos importantes da vida pública de quem parte. -----

----- Isto é, reconhecer o mérito literário de José Saramago, capaz de atrair o mais ilustre prémio da Literatura e, sobretudo, partilhar a gratidão que devemos ao escritor pelo que *fez* pela Língua Portuguesa no Mundo não invalida que deixemos de ter presente a falta de respeito que manifestou, de forma metódica e criativa, pelo que é sagrado para os outros. -----

----- Reconhecer a projecção que José Saramago trouxe a Portugal no campo das Letras não apaga a severidade das críticas que fez ao nosso País, em múltiplos encontros internacionais e entrevistas, diminuindo a imagem de Portugal. -----

----- Reconhecer a sua militância pelos ideais de Abril toma imperceptível a responsabilidade directa que teve nos despedimentos, por delito de opinião, no Diário de Notícias, quando o escritor dirigiu o jornal depois da Revolução. -----

----- Sophia de Mello Breyner, escreveu: «Sirvo para que as coisas se vejam». Ao reconhecer a marcada acção cívica de José Saramago, não deixa de ser incompreensível o silêncio do escritor sobre os crimes cometidos sob a tutela comunista, durante o século XX que assim fazem parte das páginas não escritas da sua obra.” -----

----- **A Senhora Presidente** leu outro Voto de Pesar pelo falecimento do escritor José Saramago, apresentado pelo PPM, cujo teor era o seguinte: -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- “José Saramago, português e Prémio Nobel da Literatura, não era um cidadão consensual. Defensor da ideologia comunista, nunca deixou de pagar as suas cotas ao partido. São igualmente conhecidas as suas posições e atitudes durante o período mais revolucionário do início da nossa democracia. É também sobejamente conhecida a sua opinião, como ateu, que nega e critica a crença que guia muitos portugueses. -----

----- O PPM, face às ideias do cidadão Saramago, não pode dizer que se revê nas mesmas. Contudo, ninguém pede ou exige aos cidadãos activos e intervenientes socialmente que sejam consensuais. Exige-se, isso sim, clareza nas suas intenções e actos. E que, pelo menos, sejam honestos consigo próprios quando as defendem. -----

----- Assim, tal como o PPM tem ideias e defende um modelo de sociedade diferente daqueles que Saramago e o seu partido sempre defenderam, o PPM não pode deixar de manifestar o seu pesar pelo desaparecimento físico de uma figura nacional de projecção internacional. -----

----- A sua obra é um legado universal para a sempre eterna discussão sobre o modelo de sociedade em que o ser humano deseja viver. -----

----- Com “Jangada de Pedra”, Saramago criticou a excessiva ligação de Portugal e Espanha ao resto da Europa. Quando, no “Ensaio sobre a Cegueira” e a sequela “Ensaio sobre a Lucidez”, o escritor versa sobre o papel social e político do ser humano, ele não coloca nomes nas personagens. Nem identifica o país. É Universal. É um exemplo perfeito do que significa ser Português. -----

----- Se alguma Direita foi instrumento responsável para o afastamento físico de Saramago do território nacional, então devemos também deixar de notar que Saramago não encontrou obstáculos criativos ou de promoção pessoal, e até financeira, num regime Monárquico, pois a Espanha, onde ele escolheu viver os últimos anos da sua vida, é uma Monarquia. -----

----- Não podemos também esconder, como quem tapa o sol debaixo de uma peneira, que o prémio máximo da vida de José Saramago e, através dele, o prémio máximo que a literatura de língua portuguesa recebeu, é um galardão mundialmente reconhecido entregue pelas mãos de um monarca, o Rei da Suécia. -----

----- Logo, José Saramago mostrou ao mundo que um regime monárquico é um regime suficientemente democrático para que um militante do PCP possa trabalhar e produzir e é também suficientemente importante para que o seu nome seja cantado para todo o sempre e, como dizia o poeta Camões, poder da lei da morte libertar-se. ---

----- Destaque-se ainda o facto de, no seu livro “As Intermitências da Morte”, o tal país imaginário do escritor português ser governado em Monarquia e não em República, ainda que isso, sabemos nós, resultasse de uma ironia própria do autor e não fosse sinónimo de uma sua preferência pessoal pela Monarquia. -----

----- De resto, bastaria igualmente evocar o “Memorial do Convento”, para dizer que, se não fosse a História passada de Portugal e dos seus reis, não haveria este romance na literatura mundial. -----

----- Saramago, sabemos também – e sabe o PCP –, defendia valores que são Universais para o PPM: o ser humano e a sua relação com o outro ser humano em igualdade de direitos sociais. A defesa da terra e da sua cultura, a defesa do belo e sagrado que brota das mãos de quem trabalha. -----

----- Por isso, pedimos um voto de pesar pelo desaparecimento deste vulto da literatura nacional.” -----

----- Finda a leitura, submeteu à votação o Voto de Pesar, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente** leu o Voto de Pesar pelo falecimento de José Luís Saldanha Sanches, subscrito pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Diogo Leão, do PS, e também pela Sra. Presidente a título pessoal, sendo o seu teor o seguinte: -----

VOTO DE PESAR

----- “José Luís Saldanha Sanches nasceu em Lisboa a 11 de Março de 1944 e veio a falecer, vítima de doença prolongada, na mesma cidade, no dia 14 de Maio de 2010. --

----- Homem de convicções, foi na década de 1970 militante do PCTP-MRPP e já antes um resistente à Ditadura, o que o havia de levar à prisão. -----

----- Condenado a 10 meses de prisão por actos de oposição ao regime, foi igualmente expulso da Faculdade de Direito de Lisboa, onde frequentava a licenciatura em Direito. -----

----- Para muitos jovens estudantes do seu tempo, José Luís Saldanha Sanches foi um dos nomes que verdadeiramente personificou a corrente oposicionista à Ditadura no meio estudantil. -----

----- Já depois do 25 de Abril de 1974, regressa à Universidade para iniciar um percurso impar enquanto académico e fiscalista, licenciando-se Direito em 1980, e concluindo o mestrado e doutoramento em Ciências Jurídico-Económicas respectivamente em 1986 e 1996. Inicia como Assistente o percurso docente no final da sua licenciatura, sendo desde 1999 Professor Associado da Faculdade de Direito de Lisboa. -----

----- Ao longo do seu exímio percurso académico e profissional, foi Professor da Universidade Católica Portuguesa e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, assim como jurisconsulto nas áreas de Direito Fiscal, Direito do Balanço e da Contabilidade, Direito Financeiro e das Finanças Públicas. -----

----- Desempenhou ainda funções de relevo na sua área de formação, tendo sido Membro do Centro de Estudos Fiscais, de 1984 a 1996, do Conselho Nacional de

Fiscalidade, de 1996 a 2000, dirigindo as revistas *Fisco*, de 1988 a 1998, e *Fiscalidade*, a partir de 2000. -----

----- Prestou ainda relevantes serviços ao país, sendo nomeado por António Sousa Franco, representante do Ministério das Finanças na Comissão Monti, destinada à harmonização fiscal europeia, em 1996, presidente da Comissão de Estudo e Análise da Regulamentação do Processo Fiscal, em 1997, e presidente da Comissão para a Codificação dos Impostos Especiais de Consumo, em 1999. -----

----- José Luís Saldanha Sanches, habituou a sociedade portuguesa a ouvir atentamente a sua opinião em diversas áreas de interesse nacional, quer através das muitas entrevistas e comentários radiofónicos e televisivos que concedeu, quer através dos muitos artigos científicos e de opinião que publicou nos *Media*. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe ao plenário da Assembleia Municipal de Lisboa, reunido na sua sessão de 29 de Junho, que delibere: -----

----- Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que atribua o nome de José Luís Saldanha Sanches a uma artéria da cidade; -----

----- Guardar um minuto de silêncio em memória do falecimento do cidadão, jurisconsulto e fiscalista, José Luís Saldanha Sanches, enviando cópia deste voto de pesar à família.” -----

----- Acabada a leitura, submeteu à votação o Voto de Pesar, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- Por fim, a **Senhora Presidente** leu o Voto de Pesar pelo falecimento do escritor João Aguiar, apresentado pelo MPT, cujo teor era o seguinte: -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- “Deixou-nos no passado dia 3 de Junho o escritor João Aguiar. João Casimiro Namorado de Aguiar, de seu nome completo, foi um notável escritor português. -----

----- Nascido em Lisboa, viveu a infância entre a sua cidade natal e a Beira, em Moçambique. Licenciado em Jornalismo pela Universidade Livre de Bruxelas, trabalhou em seguida nos centros de turismo de Portugal em Bruxelas e Amesterdão. -

----- Regressou a Portugal em 1976, para se dedicar numa primeira fase ao jornalismo. Trabalhou para a RTP e para vários jornais como o Diário de Notícias, A Luta, Diário Popular, O País e Sábado. -----

----- Em 1981, foi nomeado assessor de imprensa do então Ministro da Qualidade de Vida, Gonçalo Ribeiro Telles no Governo da AD. -----

----- Não sendo político, João Aguiar não deixou de participar em causas em que acreditava. -----

----- Foi o caso da candidatura de Miguel Esteves Cardoso ao Parlamento Europeu e na criação do Movimento Alfacinha. -----

----- Monárquico e ecologista assumido, João Aguiar tinha uma visão humanista do mundo. Foi várias vezes candidato a eleições pelo MPT – Partido da Terra com a generosidade que sempre colocava nos projectos em que acreditava. Retirado nos

últimos tempos, João Aguiar gostava de estar em casa, na quietude “da linha do Estoril”.

----- Como grande escritor que era, João Aguiar deixou uma obra que ficará na história da literatura portuguesa. Muito novo a mãe ensinou-o a ler mas só depois dos 40 anos João Aguiar publicou o primeiro romance “A Voz dos Deuses”, uma ficção histórica centrada na figura de Viriato. Foi apenas um começo tardio mas o João soube, e bem, aproveitar para recuperar o tempo perdido. Seguiram-se duas dezenas de romances em que ficou patente o gosto do João pela história de Portugal. Obras como *Inês de Portugal*, *O sétimo herói* e *O priorado do cifrão* fizeram parte da obra deste grande escritor.

----- Nesta ocasião a Assembleia Municipal de Lisboa presta a João Aguiar a merecida homenagem.”

----- Finda a leitura, submeteu à votação o Voto de Pesar, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade.

----- Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade.

----- Terminada a votação dos Votos de Pesar, passou-se à votação dos Votos de Saudação, o primeiro dos quais, apresentado pelo PPM, tinha o seguinte teor:

----- **SAUDAÇÃO NÚMERO UM** -----

----- “Transferência de jurisdição de 30 hectares de terrenos localizados junto ao Tejo, para a Câmara Municipal de Lisboa (CML)

----- O PPM felicita a Câmara Municipal de Lisboa pelo esforço dos seus sucessivos executivos pela passagem dos 30 hectares da área ribeirinha da APL para CML, trata-se de um passo importante para aproximar a cidade ao Tejo, e permitir a reconversão desta área para zonas de lazer, para cada vez mais Lisboa seja uma cidade competitiva e atraente para o turismo, e aproveitar as grandes provas internacionais como a Volvo Ocean Race.

----- O PPM fica satisfeito com esta passagem pois é uma das bandeiras do PPM há vários anos no seu programa eleitoral para Câmara Municipal de Lisboa.

----- Sendo assim, o Grupo Municipal do PPM, propõe a esta digníssima Assembleia que na sua reunião ordinária de 29 de Junho de 2010, delibere:

----- 1. Remeter esta saudação a todo o executivo camarário.”

----- Submetido à votação, foi o aludido Voto de Saudação aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, 3 IND-PS, BE, PPM, MPT e PEV, e a abstenção do CDS-PP.

----- Depois passou-se ao Voto de Saudação n.º 2, subscrito pelo Deputado Municipal Diogo Moura, mas que, como a **Senhora Presidente** referira, todos os Grupos Municipais na Conferência de Representantes disseram que estavam de acordo e, portanto, o subscreviam também, cujo teor era o seguinte:

----- **SAUDAÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- 25º ANIVERSÁRIO DA UCCLA -----

----- 28 de Junho de 1985 – 28 de Junho de 2010 -----

----- “Fundada em 28 de Junho 1985, com a assinatura solene da sua acta fundacional no Centro Cultural no interior do Padrão dos Descobrimentos, em Belém, a UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa está a celebrar, agora, os primeiros vinte e cinco anos da sua existência e actividade. -----

----- Trata-se de uma efeméride de extraordinária importância, tendo em conta que foi a primeira organização internacional, precursora da estruturação e aprofundamento de relações no quadro da Lusofonia, assente num modelo de cooperação intermunicipal do espaço lusófono idealizado por Nuno Krus Abecasis, então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e a que logo aderiram os seus responsáveis municipais de Bissau, Maputo, Luanda, S. Tomé, Cidade da Praia, Rio de Janeiro e Macau. -----

----- No dizer de Krus Abecasis, a UCCLA “visava a recuperação e o fortalecimento dos laços de solidariedade que, durante séculos, se tinham entretecido entre as cidades que a integravam, de forma a permitir a estruturação de um esforço comum, rumo ao desenvolvimento equilibrado de todas elas”. E acrescentava: “Esta atitude de mútua abertura para a cooperação pressupunha a vontade de recuperar todos os valores culturais, históricos, de convívio e de respeito mútuo, que se haviam forjado no passado comum, e pressagiava a vontade de construir uma comunidade de povos livres e independentes, unidos pelo uso de uma mesma Língua e marcados por idênticos valores.” -----

----- A UCCLA, denominada inicialmente de União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, precedeu e anunciou a relação solidária da Lusofonia no mais alto plano dos Estados, que se concretizou através da criação, onze anos depois, da CPLP, com objectivos mais amplos de cooperação multilateral e de âmbito intergovernamental – e já também inter-parlamentar –, como a Assembleia da República tem acompanhado com tanto interesse, apoio e entusiasmo. -----

----- A UCCLA, graças ao prestígio alcançado e à obra realizada, cresceu, ampliou-se e é, hoje, uma associação que congrega mais de três dezenas de cidades, tendo visto nascer um novo país, Timor-Leste – o primeiro Estado independente deste novo milénio –, de que registou as adesões, quase imediatas, de Díli e da cidade de Oecussi. Em suma, tem sabido constituir um elemento agregador da cooperação de base no espaço lusófono, potenciando não só a cooperação para o desenvolvimento Norte-Sul, mas abrindo também portas à cooperação Sul-Sul e correspondendo à única rede de cidades que, tendo como elemento aglutinador a Língua, tem assentamento nos cinco continentes. -----

----- Esta rede de cidades tem privilegiado a sua acção na afirmação do progresso, do desenvolvimento e do bem-estar das populações o que tem favorecido, por um lado, as acções de luta pela erradicação da pobreza e, por outro lado, a consolidação e aprofundamento da democracia, no quadro das liberdades e garantias e no respeito pela diversidade, que fazem parte da matriz fundadora da UCCLA. -----

----- Ao longo destes primeiros 25 anos de existência, a UCCLA efectuou inúmeras acções de formação e concretizou acções de elevada qualidade e valia, nomeadamente, nas áreas da melhoria da qualidade ambiental das cidades, da reconstrução de edifícios históricos, de prevenção e ajuda humanitária e de natureza

educativa e cultural, de que se destaca, a título exemplificativo, a Escola da UCCLA, em Bissau - que tem proporcionado o acesso ao ensino e a educação de centenas de crianças daquela cidade - e o I Encontro de Escritores de Língua Portuguesa na cidade de Natal, Brasil. -----

----- A UCCLA desenvolveu ao longo deste quarto de século uma obra de que se pode orgulhar e que obedece, em pleno, à sua declaração constitutiva: “Uma rede universal de Cidades, unidas por fortes relações de amizade, intercâmbio e solidariedade (...) na ponderação das extraordinárias possibilidades abertas pelos laços linguísticos, históricos, culturais, de tradição e de amizade, que unem todos os países das comunidade lusófona”. -----

----- Por outro lado, a UCCLA, na medida em que entendeu a Lusofonia, não como um espaço de matriz única, mas, sim, como um universo diversificado de falantes e de culturas, vem sendo uma importante alavanca da cooperação e da promoção do entendimento e desenvolvimento da aproximação entre as cidades e os povos-irmãos, potenciando e promovendo, assim, a qualidade do diálogo entre os “lusófonos de todo o mundo” em todas as suas vertentes. -----

----- Neste sentido, ganha também corpo a ideia de uma UCCLA potenciadora do diálogo inter-empresarial, que possa estabelecer, com vantagens recíprocas, a cooperação entre empresas e beneficie, com eficácia, as populações abrangidas com os serviços, projectos e obras em que intervenham, nomeadamente, através da cooperação empresarial intermunicipal. -----

----- Por tudo isto, a UCCLA e as suas cidades-membros estão de parabéns. -----

----- Assim: -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida em plenário, saúda a UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa e as suas cidades-membros pela passagem do seu 25º Aniversário, homenageando todos os seus fundadores e todos aqueles que, ao longo destes vinte e cinco anos, têm construído a sua consolidação e crescimento em todo o mundo, em benefício do espírito fraterno entre cidades lusófonas e em prol do progresso, bem-estar e democracia para as respectivas populações, e formula votos de mais e maiores sucessos no futuro no mesmo espírito de serviço colectivo ao bem comum.” -----

----- Submetido à votação, foi o aludido Voto de Saudação aprovado, por unanimidade. -----

MOCÃO NÚMERO UM

HOSPITAL PEDIÁTRICO DE LISBOA -----

----- “O Hospital Dona Estefânia, o maior hospital pediátrico de Portugal, data de 1860, mandado construir por D. Pedro V em homenagem à sua falecida mulher que, durante a sua vida e na época em que as epidemias de cólera e febre amarela alastravam por Lisboa, ofereceu o seu dote de casamento para que fosse criada uma enfermaria distinta, separando as crianças dos adultos, manifestando sempre a intenção de construir um hospital dedicado exclusivamente a crianças pobres e enfermas. Assim, o Rei funda o Hospital da Bemposta e, mais tarde, o povo

encarregasse de prestar homenagem à Rainha, baptizando-o com o nome de Hospital de Dona Estefânia. -----

----- O Hospital respondia, assim, às necessidades cada vez mais reconhecidas de cuidados dirigidos apenas a crianças, com pessoal qualificado e equipamentos adequados ao trabalho. -----

----- Nos últimos anos e durante a reestruturação do sector da Saúde, o Governo incluiu o hospital pediátrico no actual Centro Hospitalar de Lisboa Central, prevendo o fecho do Hospital de Dona Estefânia e criando uma ala de Pediatria no futuro Hospital Oriental de Lisboa (Todos os Santos), decisão essa assumida pelo Ministério da Saúde como “via única” quando, simultaneamente, se contraria essa tendência com a recente conclusão do Hospital Pediátrico de Coimbra e um Centro Materno-Infantil no Porto. -----

----- A decisão de inserir a actividade do hospital pediátrico num serviço hospitalar tem merecido a contestação de reconhecidos profissionais de saúde pediátrica, de vários quadrantes políticos e da opinião pública nomeadamente com a assinatura de quase 100.000 cidadãos de uma petição contra o encerramento do Hospital Dona Estefânia. -----

----- Consideramos que a prestação de cuidados diferenciados às crianças doentes, especialmente nos casos mais graves, é uma prioridade dos sistemas de saúde do mundo desenvolvido, tendência que é seguida em vários países da Europa e do Mundo. -----

----- Assim, entende-se como essencial e estratégico para o futuro das nossas crianças a existência de um Hospital Pediátrico que, mesmo não funcionando no actual espaço, poderá vir a ser construído em local diverso, nomeadamente junto ao futuro Hospital Oriental de Lisboa. -----

----- Por outro lado, é essencial que as instalações ocupadas actualmente pelo Hospital de Dona Estefânia continuem ligadas à criança e à sua condição, fazendo jus à História e dando resposta a necessidades reais, nomeadamente serviços de apoio à integração social das crianças, planeamento familiar, cuidados paliativos, entre muitas outras opções. -----

----- Face ao exposto e porque a Assembleia Municipal de Lisboa não pode deixar de se manifestar sobre matéria de planeamento tão importante para a cidade de Lisboa e para o futuro das crianças, torna-se imperioso: -----

----- 1 - Afirmar a necessidade de garantir a existência de um Hospital Pediátrico Autónomo em Lisboa, em detrimento da sua inclusão num serviço do futuro Hospital Oriental de Lisboa (Todos os Santos), seja por via de construção nova seja por reabilitação do Hospital Dona Estefânia. -----

----- 2 - Solicitar ao Governo que, em qualquer caso, mantenha o edifício do Hospital e a designação de Dona Estefânia como património da Cidade, da criança, da sua dignidade e condição, com possibilidade de aí se instalarem instituições e equipamentos de apoio e defesa da criança, nomeadamente na doença crónica ou exigindo reabilitação prolongada.” -----

----- (Subscrita pelo PSD, PCP, CDS-PP, BE, PPM, MPT e PEV) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- PELA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE EM LISBOA -----

----- “Considerando que: -----

----- O direito à saúde, universal, geral e gratuito, constitui um direito constitucional que tem no Serviço Nacional de Saúde (SNS) o instrumento para a sua concretização; -

----- A Constituição da República Portuguesa, no seu Artigo 64º, proclama que “todos têm direito à protecção na saúde e o dever de a defender e promover”. -----

Mas falar hoje de saúde no nosso país é falar de um dos problemas que mais preocupam as pessoas. -----

----- O SNS tem sido sujeito a políticas que agravaram os seus problemas, diminuíram, não aproveitaram e não desenvolveram as suas potencialidades. E todos os governos vêm afirmando a defesa do SNS mas não basta repetir muitas vezes uma afirmação para que ela corresponda à realidade. -----

----- Na realidade, as políticas do Governo apontam para uma estratégia de destruição do Serviço Nacional de Saúde, ao encerrar serviços públicos de saúde ou na sua deslocalização, no desinvestimento público, na falta de profissionais de saúde, médicos e enfermeiros, técnicos de saúde de diversas especialidades, administrativos e auxiliares, procurando ao mesmo tempo apresentar o modelo público de saúde como um modelo ultrapassado, ineficiente e gastador. E é claro que, a pretexto da reestruturação da rede de urgências e dos cuidados de saúde primários, o Governo mantém esta orientação política por motivos meramente economicistas. -----

----- A Cidade de Lisboa e as suas populações viram, nos últimos anos, agravadas as condições de atendimento nas unidades de saúde, existindo já na área dos cuidados primários 100 mil pessoas sem médico de família. -----

----- O Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa na sua reunião de 29 de Junho de 2010, delibere: -----

----- 1 - Propor que – o governo da Cidade de Lisboa – a Câmara Municipal de Lisboa defenda para os seus municípios os cuidados de saúde a que têm direito, com uma verdadeira reforma dos cuidados primários de saúde, com o aumento dos meios técnicos e, principalmente, dos recursos humanos, garantindo aos utentes terem o seu médico de família, terminando com as enormes listas de espera nas consultas e que se garanta acesso à consulta no próprio dia, sem aquela situação quase de terceiro mundo, de se estar de madrugada à porta dos centros de saúde; -----

----- 2 - Propor que, a Câmara Municipal de Lisboa, através da Carta de Equipamentos de Saúde assinada pelo Ministério da Saúde e pela Câmara Municipal em 2009, procure desenvolver algumas medidas no que se refere a equipamentos e estruturas de saúde, no âmbito das suas próprias competências. -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Ana Páscoa, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- SOBRE O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PORTUGUESES ---

----- “A crise que se vive em Portugal, na Europa e no Mundo, é o resultado da crescente financeirização da economia, da protecção da especulação que afecta sobretudo as economias mais vulneráveis, procurando impor, com apoio

governamental, inaceitáveis condições de regressão social, de declínio económico e da perda da soberania dos povos, visando garantir uma cada vez maior concentração e centralização da riqueza. -----

----- Desobrigar o Estado das suas funções sociais, dismantelar as redes de serviços que as concretizam, oferecer novas oportunidades de negócios aos grandes grupos económicos, reduzir o serviço público às chamadas funções de soberania, instrumentalizar e amordaçar a Administração Pública, subordinar e limitar a autonomia das autarquias, são objectivos que têm vindo a ser seguidos, e embora não proclamados, são aqui e além declarados, e que agora se pretendem intensificar. -----

----- - Encerram centros de saúde, maternidades, urgências e hospitais concelhios, encerram escolas, como agora as 900 anunciadas a somar às 2500 já anteriormente encerradas, sempre em nome da eficácia, da eficiência e da qualidade, que nunca se vêem alcançadas e abrem-se negócios alternativos ou complementares numa lógica de “fechar o que é público para reabrir privado”. -----

----- - Força-se a entrada de capitais privados para prosseguir a entrega à gestão privada de águas, esgotos e lixos e com o pretexto da qualidade, disparam os preços e degradam-se os serviços de natureza e interesse público. -----

----- No seguimento das medidas gravosas contidas no Orçamento de Estado para 2010 e no PEC 2010/2013, aprovados pelo PS com o apoio do PSD e do CDS-PP, governo e o PSD aprofundam o entendimento entre si para aprovar medidas adicionais ainda mais gravosas para o povo português. -----

São medidas que penalizam os mesmos de sempre: -----

----- - O imposto adicional sobre o IRS é um verdadeiro roubo aos salários dos trabalhadores e às reformas, agravado com o aumento do custo de vida na sequência do aumento das taxas de IVA; -----

----- - O ataque ao subsídio de desemprego desprotege ainda mais os desempregados e pressiona a baixa geral dos salários; -----

----- - A diminuição das comparticipações dos medicamentos afecta particularmente os reformados com baixas reformas; -----

----- - O corte no investimento público compromete o desenvolvimento nacional, agravando ainda mais o desemprego e a recessão económica; -----

----- - O ataque ao consumo interno penalizará ainda mais as micro, pequenas e médias empresas; -----

----- - Com as privatizações anunciadas alienam-se serviços públicos e alavancas fundamentais da nossa economia, ao mesmo tempo que se perdem recursos financeiros essenciais para o país. -----

----- - Considerando que no quadro destas medidas o governo desenvolve uma nova etapa no ataque à autonomia financeira e administrativa das autarquias impondo novos cortes à sua participação nas receitas e regras na política de pessoal que violam a autonomia do Poder Local e comprometem o exercício das suas competências; -----

----- - Considerando que com as medidas agora propostas, o Estado aumenta a sua receita e reduz a sua despesa, enquanto que a Administração Local vê diminuir as

suas duas principais fontes de receita e aumentarem os seus pagamentos ao Estado – não há proporcionalidade nem solidariedade recíproca; -----

----- - Considerando que os cortes das receitas municipais (que pesam uns ridículos 1,6% no OE) e o acréscimo de despesa das autarquias a benefício do Estado Central são o caminho que vem sendo seguido para a total asfixia das economias locais, particularmente nas regiões do país com maiores carências; -----

----- - Considerando que a descapitalização acelerada dos municípios e freguesias, por fim, terá reflexos desastrosos, a médio e longo prazo, na capacidade de conservação das infra-estruturas e equipamentos públicos essenciais; -----

----- - Considerando que o Poder Local está, acima de tudo, solidário com as populações em mais este momento difícil em que são anunciados mais cortes nos orçamentos familiares, porque delas emerge directamente e lhe cabe representá-las e defender os seus interesses. -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária iniciada em 29 de Junho de 2010 às 15 horas, delibere: -----

----- 1 - Saudar a massiva participação dos trabalhadores portugueses na manifestação realizada em Lisboa no passado dia 29 de Maio contra as gravosas medidas do PEC; --

----- 2 - Manifestar o mais vivo repúdio por estas medidas que impedem as autarquias de levar por diante uma política de defesa dos interesses das populações que representam; -----

----- 3 - Desenvolver uma linha de informação e esclarecimento às populações das consequências destas medidas identificando os seus responsáveis; -----

----- 4 - Desenvolver acções e iniciativas diversificadas que possam dar expressão ao protesto das autarquias e das populações; -----

----- 5 - Manifestar solidariedade para com os trabalhadores e populações atingidos nos seus direitos, no emprego, nos salários, nos serviços públicos e direitos sociais; ---

----- 6 - Apelar à adesão de todas e todos os trabalhadores de Lisboa na manifestação convocada pelas suas organizações sindicais para o próximo dia 8 de Julho.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Ana Páscoa, do PCP) -----

MOCÃO NÚMERO QUATRO -----

----- Trabalhadores dos cemitérios -----

----- “Considerando: -----

----- - Que a degradação das condições de trabalho nos cemitérios de Lisboa tem aumentado nos últimos meses; -----

----- - Que o número de coveiros continua a diminuir, com as inerentes implicações negativas na prestação deste serviço público; -----

----- - Que o executivo da CML continua sem dar a resposta necessária a estes graves problemas; -----

----- - Que os trabalhadores paralisaram, no passado dia 23 de Junho, com a adesão de 98%, num protesto contra a sobrecarga física e psicológica que a falta de pessoal está a provocar e que também conduz a deficiências graves no contexto da resposta às necessidades da população; -----

----- - Que esta situação, a manter-se, poderá vir a criar condições para entregar os cemitérios de Lisboa ao sector privado, com prejuízos inevitáveis para os trabalhadores, uma vez que seriam extintos muitos postos de trabalho; -----

----- - Que esta situação acarretaria também graves prejuízos aos munícipes, uma vez que a qualidade não é o principal objectivo do sector privado, mas sim o lucro, o que, num quadro de privatização, perspectiva o aumento dos preços dos funerais e outros serviços. -----

----- Os Grupos Municipais do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista “Os Verdes”, propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 29 de Junho de 2010 delibere: -----

----- 1 - Saudar a luta dos trabalhadores dos cemitérios da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- 2 - Exigir da Câmara a abertura de procedimento concursal de ingresso para a categoria, para o preenchimento das vagas existentes nos mapas de pessoal e ainda das vagas que se justifiquem abrir na sequência das situações de aposentação que se vão verificando, de modo a suprirem-se as necessidades de recursos humanos nesse serviço municipal. -----

----- 3 - Informe esta Assembleia, com carácter de urgência, sobre as medidas que pondera adoptar a nível da gestão dos sete cemitérios da cidade. -----

----- 4 - Dê a conhecer aos trabalhadores e seus representantes desta deliberação. -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Rita Magrinho, do PCP, e Cláudia Madeira, do PEV) -----

MOCÃO NÚMERO CINCO

----- “Considerando que: -----

----- Apesar de todas as iniciativas aprovadas pela Assembleia Municipal com vista à preservação do Parque Florestal de Monsanto, continuamos a assistir a actividades que nele estão a provocar impactos altamente prejudiciais; -----

----- São disso exemplo a preparação dos terrenos e montagem de infra-estruturas para a realização do Festival Delta Tejo que, numa clara transgressão à Lei, transformam este local protegido num verdadeiro estaleiro de obra e alteram radicalmente o relevo do local contribuindo assim para a destruição dos solos e da vegetação existente com repercussão negativa na vida dos animais e das plantas que aí habitam; -----

----- A CML tem a obrigação de cumprir e obrigar a cumprir a legislação que protege o Parque Florestal de Monsanto, bem como o Plano de Ordenamento e Revitalização do Monsanto (PORM), por ela aprovado. -----

----- O Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa na sua Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2010, delibere: -----

----- 1 - Exigir da CML o cumprimento do decreto-lei nº 580-A de 16/11/1938, disponibilizando apenas as áreas protegidas para eventos que não envolvam alterações do património arbóreo e animal e que garantam a sua preservação; -----

----- 2 - Solicitar à Comissão Permanente de Ambiente, Mobilidade e Qualidade de Vida que promova uma discussão sobre os impactos negativos que estas iniciativas,

autorizadas pela CML, têm provocado no Parque Florestal de Monsanto e que, dos seus resultados, informe esta Assembleia. -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Agrochão, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SEIS** -----

----- Promoção de Produtos Nacionais nas Cantinas Municipais -----

----- “A dependência alimentar que Portugal apresenta em relação ao exterior é absolutamente grave e tem vindo a aumentar continuamente, com reflexos directos na liquidação de muitas produções agrícolas e de pessoas que são obrigadas a abandonar as suas terras e a confrontar-se com ausência de formas de subsistência, com o desemprego, com a emigração, além das graves consequências reais do abandono agrícola para o estrangulamento do mundo rural. -----

----- Actualmente o nosso país importa entre 60 a 80% da alimentação de que necessita, o que tem conduzido Portugal a uma crescente vulnerabilidade e dependência agro-alimentar. Desta forma, e particularmente neste momento, é determinante apoiar a nossa produção agrícola, garantindo-lhe formas de subsistência, de modo a que este país possa criar robustez na sua actividade produtiva. Assim, tudo o que contribuir para o escoamento dos nossos produtos nacionais terá reflexos directos para esse objectivo. -----

----- Considerando que a promoção do consumo de produtos nacionais é uma das formas de dinamizar a nossa economia, valorizar a produção agrícola nacional e contribuir para a soberania alimentar do país. -----

----- Considerando que o transporte de produtos, que é feito em larga escala, tem implicações ambientais muito gravosas, devido às emissões de CO₂, além de que no caso de produtos alimentares este transporte tem reflexos na conservação e na qualidade daquilo que consumimos. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta do Partido Ecologista “Os Verdes”, que a Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- 1 - Promova o consumo de produtos nacionais nas cantinas municipais, através da sua utilização na confecção das refeições. -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Cláudia Madeira, do PEV) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SETE** -----

----- Apresentada pelo PEV, foi fundida com a moção n.º 4. -----

----- **MOCÃO NÚMERO OITO** -----

----- Moção contra o bloqueio da Faixa de Gaza -----

----- “Considerando que há um ano, no decorrer da invasão israelita, a Assembleia Municipal de Lisboa deliberou a geminação de Lisboa com Gaza, circunstância que responsabiliza particularmente esta cidade e esta Assembleia perante o continuado bloqueio israelita; -----

----- Considerando que se trata de um bloqueio que relega os cidadãos de Gaza à condição de presos na sua própria casa, sujeitos à falta de condições alimentares, sanitárias e de saneamento público e de privação dos direitos elementares de liberdade; -----

----- Considerando que esta situação arruinou a economia de Gaza e condena a maior parte da população ao desemprego e à dependência da ajuda humanitária; -----
----- Considerando que a invasão israelita de Dezembro de 2008 e de Janeiro de 2009 provocou uma destruição massiva em Gaza que o bloqueio não permite reconstruir; ---
----- Considerando ainda que o “incidente” do ataque israelita à Frota Liberdade para Gaza trouxe aos nossos olhares, de uma forma dramática, a realidade do bloqueio israelita e que em resposta em todo o mundo surgiram vozes exigindo um inquérito independente e objectivo do acontecimento e o fim do bloqueio; -----
----- Considerando que o aligeiramento anunciado pelo governo de Israel do bloqueio não é suficiente para restituir aos cidadãos de Gaza os seus direitos fundamentais; ----
----- Os Deputados Municipais Independentes abaixo indicados, propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere: -----
----- 1 - Que a Assembleia Municipal de Lisboa denuncie o bloqueio israelita pelas infracções ao direito internacional que este constitui e apele ao levantamento total do bloqueio. -----
----- 2 - Que o Município de Lisboa desenvolva esforços no sentido do envio de ajuda humanitária para Gaza. -----
----- 3 - Que a Assembleia Municipal de Lisboa apele às partes envolvidas para encetarem negociações de boa fé, para normalizar a situação de Gaza em conformidade com o direito internacional e com o reconhecimento à coexistência dos Estados independentes da Palestina e de Israel, com fronteiras estáveis e seguras.” ----
----- (Subscrita pelos Deputados Municipais IND-PS) -----
----- **MOCÃO NÚMERO NOVE** -----
----- “Desde Dezembro de 2003, que São Sebastião da Pedreira assiste na sua fronteira norte, a um dos maiores trabalhos de construção pública – as obras de prolongamento da Linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa. -----
----- Toda a Avenida Duque D’ Ávila, bem como parte da Rua Marquês da Fronteira, Avenidas António Augusto de Aguiar e da República e respectivas zonas circundantes, foram altamente intervencionadas. -----
----- Há mais de seis anos, portanto, que os fregueses estão sujeitos aos inevitáveis transtornos que uma obra destas, não poderia deixar de causar, tais como trânsito cortado, alterado, trabalhos nocturnos, estacionamento altamente deficitário, problemas graves de segurança, etc. -----
----- Mas podemos dizer que isso seria um alto preço a pagar pelo desenvolvimento da rede de transportes da cidade. -----
----- Poderíamos discuti-lo, mas vamos dar esse assunto como encerrado, pois de nada nos serve dissertar sobre o andamento do que já foi realizado. -----
----- Centremo-nos no que absurdamente ainda não foi feito. -----
----- Em 29 de Agosto de 2009, foram pomposamente inauguradas as novas estações de Saldanha II e de São Sebastião II, por altos representantes do Governo e da Câmara Municipal de Lisboa, da altura, e com grande repercussão na comunicação social. ----

Mas hoje, dia 29 de Junho de 2010, ou seja quase 10 meses depois, mais concretamente, 304 dias depois, ainda não temos o grato prazer de podermos ver o começo da obra. -----

----- Ainda existem “jerseys” espalhados, zonas interditas ao trânsito, vias ainda esburacadas, estacionamento vedado, impossibilitado ou caótico, buzinelas de viaturas que querem sair das garagens e outras encurraladas, para além dos estaleiros abandonados e vedados. -----

----- Vários têm sido os rumores sobre o que se vai fazer. -----

----- Mas nenhum se confirma até ao dia de hoje. -----

----- Várias são as entidades envolvidas. -----

----- Mas nenhuma se compromete com um prazo ou uma solução. -----

----- Esta situação, nenhum freguês a compreende. -----

----- São Sebastião da Pedreira não se pode conformar com este arrastar de tempo, impossível de sustentar. -----

----- Todos sabemos que o Metropolitano de Lisboa está muito endividado, ainda não procedeu ao lançamento dos concursos para a reabilitação das artérias acima indicadas, por culpa da Câmara Municipal de Lisboa, face às grandes indefinições entre os serviços e em especial entre os Srs. Vereadores Prof. Nunes da Silva e Dr. Sá Fernandes. -----

----- Quando temos um executivo, que tem um vereador para a mobilidade, com a responsabilidade, somente, sobre as vias de tráfego, sinais e passadeiras e, um outro, que se intromete na mobilidade, o Sr. Vereador das ciclovias, passeios e pilaretes, estamos conversados. -----

----- Tudo isto se inquina e conversando com o Sr. Vereador da Mobilidade, este afirma, “que tem outro conceito sobre ciclovias, mas está num colectivo (onde já ouvi isto) e tem que se subjugar. -----

----- Onde está a sua independência, vejam quem defendeu o Automóvel Clube de Portugal sobre a circulação na Baixa, isto antes das eleições. -----

----- A Assembleia de Municipal de Lisboa reunida em Sessão Ordinária, em 29 de Junho de 2010, decide: -----

----- 1 - Repudiar o atraso, incrivelmente dilatado para finalizar a obra; -----

----- 2 - Solicitar o plano de pormenor das obras a realizar e quais as opções escolhidas, quer rodoviárias, quer de estacionamento; -----

----- 3 - Solicita-se também que nos apresentem a o plano de pormenor da frente do Bairro Azul; -----

----- 4 - Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa, que a partir de 1 de Julho, próximo, reponha a circulação na Avenida Duque D’ Ávila, até que os projectos definitivos sejam aprovados, com o acordo dos residentes e das Juntas de Freguesia e, se dê início à reabilitação das vias acima indicadas, assim como, ao reordenamento do espaço público.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Nelson Antunes, do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DEZ** -----

----- AUMENTO DO PREÇO DA ENTRADA NO CASTELO DE S. JORGE -----

----- “Fomos informados pela Comunicação Social que os preços da entrada no Castelo de S. Jorge vão aumentar de cinco para sete euros. -----

----- Considerando que: -----

----- 1 - A ser verdade, o PPM recorda que a introdução de “portagens” na entrada do Castelo remonta ao tempo da presidência de Carmona Rodrigues e foi devidamente denunciada por membros deste partido que, inclusive, levaram a cabo uma acção mediática pelo então presidente do Partido. -----

----- 2 - O PPM chamou então a atenção para o facto de que a cobrança das entradas impedir o livre usufruto pelos cidadãos de um dos mais míticos e visitados miradouros da cidade de Lisboa. -----

----- 3 - Esse miradouro, colocado na chamada “Praça de Armas”, onde está igualmente a estátua do primeiro Rei de Portugal, D. Afonso Henriques, só pode ser livremente visitado por cidadãos residentes em Lisboa, em clara violação dos artigos 13 da Constituição da República Portuguesa que defende que todos os cidadãos portugueses têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei, pelo que não podem ser privilegiados, beneficiados ou prejudicados de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social e, ainda, como diz o artigo 78 da Constituição da República Portuguesa, incumbe ao Estado promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum. -----

----- 4 - Ora, ao cobrar algo a cidadãos portugueses apenas porque não têm a sorte de residirem na área de Lisboa, a CML está a prejudicar esses cidadãos portugueses no acesso à cultura comum da Nação. Pior ainda, pois ao ser invocada como razão o facto de não viverem na área da Capital, está assim a CML a criar um sentimento nacional de que, afinal, há cidadãos portugueses de segunda categoria, o que é indicador de um estranho sinal de centralismo e potenciador de mais rivalidades regionais. -----

----- Contudo, o PPM, consciente de que a entrada no Castelo é uma fonte de rendimento para acções culturais que podem ser desenvolvidas, vem por este meio propor a esta digníssima Assembleia que na sua reunião ordinária de 29 de Junho de 2010 delibere que: -----

----- 1 - A EGEAC faça a cobrança das entradas na porta principal do próprio Castelo de S. Jorge e não na porta que dá acesso ao miradouro da Praça de Armas. Assim, devolve-se aos Portugueses o espaço público de um miradouro único sobre a capital de todos nós e, depois, quem ali estiver e desejar prosseguir a visita e entrar no Castelo de S. Jorge propriamente dito, deverá pagar por essa entrada, quer seja de Lisboa, quer seja fora de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do PPM) -----

----- **MOCÃO NÚMERO ONZE** -----

----- Moção pela suspensão da Aplicação do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio, que regula o Regime da Renda Apoiada -----

----- “1) A Habitação é um direito consagrado no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa. Numa altura em que o país atravessa uma forte crise económica que afecta transversalmente todos os cidadãos as medidas de austeridade não devem pôr em causa este direito que está ainda longe de estar garantido a todos os cidadãos. -----

----- 2) A maioria das habitações municipais da Cidade de Lisboa foi cedida ao abrigo do Decreto-lei 35 106, de 1945, que regulava o regime das cedências precárias na habitação social. Este decreto-lei foi revogado pela Lei nº 21/2009, de 19 de Janeiro, que estabelece um regime transitório que, apenas, consagra os fundamentos legais para as desocupações dos fogos cedidos a título precário. Assim, até à entrada em vigor do regime do arrendamento social, cuja publicação se aguarda desde o ano de 2006 (como se pode verificar pela leitura do preâmbulo do Novo Regime Arrendamento Urbano - NRAU, aprovado pela Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro) as habitações que integram o património municipal não podem continuar a ser cedidas a título precário, tendo-se sido entretanto aplicada a Lei da Renda Apoiada, Decreto-Lei 166/93, de 7 de Maio, apenas às novas atribuições efectuadas ao seu abrigo. -----

----- 3) Uma das diferenças entre o Decreto-Lei 166/93, de 7 de Maio, e a fórmula de cálculo adoptada pela Câmara Municipal de Lisboa desde 1985 – Resolução 1/CM/85 baseada na Portaria 288/83, de 17 de Março – é o facto desta resolução determinar que a renda seja calculada em função do rendimento líquido, ao passo que o Decreto-Lei 166/93, de 7 de Maio, refere o rendimento bruto. Para atenuar os efeitos da aplicação da renda apoiada, sempre que são celebrados novos contratos em habitações do património disperso do Município de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou através da Deliberação 611/2010, a possibilidade de fasear o aumento da renda em 4 anos, dispositivo que o Decreto-Lei 166/93, de 7 de Maio, não prevê. -----

----- 4 - O Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de Maio, procurou reformular e uniformizar os regimes de renda a que estava, até então, sujeito o parque habitacional afecto ao arrendamento social, sujeitando-o ao regime único de renda apoiada e apresenta alguns aspectos positivos, tais como: -----

----- - A uniformização dos regimes de arrendamento que, pela sua diversidade, traduziam situações de desigualdade; -----

----- - A definição do chamado preço técnico, impedindo o crescimento das rendas para valores excessivos; -----

----- - A definição de critérios sociais que, a partir da determinação de uma taxa de esforço, permitem o cálculo da renda que os moradores irão efectivamente pagar. -----

----- No entanto este diploma encontra-se desactualizado e formulado com evidente desadequação à realidade social, tendo a sua aplicação revelado a necessidade de melhorar os critérios sociais de cálculo de renda que, tal como estão, conduzem a um esforço desmesurado das famílias, sobretudo as de mais baixos rendimentos, como foi também reconhecido pelo Senhor Provedor de Justiça, Dr. Nascimento Rodrigues, em carta datada de 30 de Setembro de 2008, dirigida ao então Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades e que recomendava ao Governo a alteração da Lei. Apontando o então Provedor de Justiça que “... o sistema é injusto quando

trata de igual modo a situação de um agregado singular com certo rendimento e a de um outro, com o mesmo rendimento mas imputável a número plural de pessoas e destinando-se a assegurar a respectiva sobrevivência”; recomendando assim, na mesma carta, o Provedor de Justiça a mudança da Lei, no sentido de ser alterada a regra da progressividade em função do rendimento total do agregado familiar, devendo ser “... a mesma atenuada e corrigida em função do número de titulares do rendimento, de modo a evitar o tratamento igual de situações evidentemente desiguais, (...) tudo através de algoritmo que se considere adequado e proporcionado.” -----

----- Os Grupos Municipais do PCP, BE, PEV e os Deputados Municipais Independentes abaixo indicados, propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Reunião de 29 de Junho de 2010, delibere: -----

----- 1 - Apelar à Assembleia da República que altere o Decreto-Lei 166/93, de 7 de Maio, tendo em conta os aspectos mais gravosos do ponto de vista social, que o decreto-lei contém, reflectindo sobretudo sobre os seguintes pontos: -----

----- - Que o rendimento a ter em consideração para o cálculo de renda seja o rendimento líquido e não o rendimento bruto; -----

----- - Que os cálculos sejam feitos tendo em conta o rendimento per capita resultante da soma de todos os elementos do agregado; -----

----- - Que se considere para efeitos de cálculo dos rendimentos do agregado, com vista à aplicação da taxa de esforço, apenas os rendimentos dos elementos do agregado com idade igual ou superior a 25 anos; -----

----- - Que se retire do cálculo de rendimentos, todos os prémios e subsídios de carácter não permanente, tais como horas extraordinárias e subsídios de turno, entre outros; -----

----- - Que se actualize a definição de agregado para uma concepção mais alargada e adaptada aos novos tipos de famílias existentes e passe a ter em conta a nova legislação em matéria de união de facto e casamento entre pessoas do mesmo sexo; ---

----- - Que seja ponderada na composição dos agregados, a existência de trabalhadores-estudantes e pessoas com rendimentos baixos provenientes exclusivamente de pensões; -----

----- - Que seja revista a progressividade da taxa de esforço das famílias de forma a não penalizar desproporcionadamente rendimentos familiares não superiores a 2 salários mínimos nacionais; -----

----- - Que seja previsto o faseamento da renda nos casos em que se verifique um aumento significativo face à renda em vigor; -----

----- - Que a aplicação deste regime tenha sempre em conta o bom estado de conservação do fogo. -----

----- 2 - Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que suspenda a aplicação do Decreto-Lei 166/93, de 7 de Maio, às cedências precárias em vigor, até à sua alteração na Assembleia da República ou até à reforma da legislação sobre rendas sociais (NRAU Social). -----

----- 3 - Apelar ao Governo que seja encontrada uma solução justa para o arrendamento dos bairros tutelados pelo IHRU, nomeadamente a possibilidade da suspensão da aplicação do Decreto-Lei 166/93, de 7 de Maio, até à sua alteração na Assembleia da República.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipal IND-PS, e também pelo PS, PCP, BE e PEV) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOZE** -----

----- Saudação pela Revogação do Contrato de Concessão do Terminal de Contentores de Alcântara -----

----- “No passado dia 3 de Junho foi aprovada na Assembleia da República uma Lei que revoga, à data da sua publicação em Diário da República, o Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de Setembro, referente ao prolongamento do contrato de concessão por mais 27 anos do terminal de contentores lisboeta de Alcântara. -----

----- Esta decisão vem repor dentro dos parâmetros que regem um Estado de Direito, este atribulado processo que primou pela falta de transparência, pela inexplicável precipitação e urgência de procedimentos, sem rigor ou estudos que o sustentassem, que era altamente prejudicial à cidade de Lisboa. -----

----- Constatação inequívoca reforçada pela decisão do Ministério Público ao propor a anulação e a nulidade do acto praticado pelo Governo, a APL e a Liscont. Reforçado por um arrasador relatório proferido pelo Tribunal de Contas que considerava este “um mau negócio para o Estado e um mau exemplo de gestão financeira do Sector Público” -----

----- Deste processo, destacam-se as intervenções persistentes de um Movimento de Cidadãos “Lisboa é das Pessoas, mais contentores não” que apresentou uma petição com mais de 14.000 assinaturas. Uma das mais significativas acções de cidadania do Portugal democrático, que o Governo, o Partido Socialista e a Câmara Municipal de Lisboa, liderada por António Costa, ignoraram. Não deixa de ser significativo que neste processo a Câmara Municipal tenha sempre decidido ao contrário que os Lisboetas defendiam, precipitando-se em tomada de decisões quando os desenvolvimentos do processo exigia ponderação e bom senso. -----

----- De salientar, ainda, a força transversal em termos sociais e políticos este movimento gerou e que se materializou na votação à proposta apresentada pela bancada parlamentar do PSD, que mereceu o determinante apoio do Partido Comunista Português, do Bloco de Esquerda e do Partido Ecologista “Os Verdes”. ----

----- Assim, o Grupo do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 28 de Junho de 2010, delibere: -----

----- 1 - Saudar a decisão tomada pela Assembleia da República ao impor ao Governo um papel de verdadeiro defensor do interesse público na defesa dos cidadãos, repondo a transparência do processo de gestão da concessão da actividade portuária. -----

----- 2 - Saudar o Movimento de cidadãos que reuniu personalidades de diversas áreas sociais, profissionais e políticas pelo seu exemplo de cidadania e de persistência em defesa do interesse colectivo. -----

----- 3 - Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que informe a Assembleia Municipal de Lisboa das consequências para os acordos, entretanto efectuados com a APL e /ou com o concessionário na sequência desta revogação, nomeadamente, a manutenção dos investimentos da câmara Municipal previstos no âmbito da ampliação agora posta em causa -----

----- 4 - Que o conteúdo desta moção seja remetido para os seguintes órgãos e entidades: Assembleia da República; Junta Metropolitana de Lisboa, Assembleia Metropolitana de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal António Prôa, do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO TREZE** -----

-----Metropolitano de Lisboa um elemento estratégico para Lisboa -----

----- “De acordo com notícias, não desmentidas, divulgadas na comunicação social o Governo admite a possibilidade em abrir a privados a Gestão da Rede do Metropolitano de Lisboa, num processo de divisão da infra-estrutura da área de exploração. -----

----- Considerando que uma nova administração tomou posse e que deveria estabelecer os contactos necessários quer com a autarquia de Lisboa, quer com a Autoridade Metropolitana de Transportes na definição de uma estratégia integrada de transportes na área metropolitana. -----

----- Considerando que é incompreensível que a CML continue à margem da definição da estratégia do Metropolitano de Lisboa. -----

----- Considerando que informação agora vinculada surge na sequência de outras anteriores que referem expressamente a grave situação financeira da empresa Metropolitano de Lisboa, -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária em 29 Julho de 2010, delibera: -----

----- 1 - Que a Câmara Municipal de Lisboa reitere junto do Governo a sua insatisfação sobre as notícias vinculadas na comunicação social a respeito de uma alteração do modelo de gestão sem diálogo e concertação previa com a CML -----

----- 2 - Que desenvolva os contactos necessários tendo em vista a concretização de um modelo de gestão do Metropolitano de Lisboa que permita incluir formalmente a CML na definição da estratégia de desenvolvimento e gestão do metropolitano. -----

----- 3 - Que esta Assembleia seja informada dos contactos efectuados no seguimento do ponto 2 desta deliberação. -----

----- 4 - Que seja dado conhecimento do conteúdo desta moção às seguintes entidades: Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicação, Assembleia da República, Junta Metropolitana de Lisboa, Autoridade Metropolitana de Transportes, Metropolitano de Lisboa, EP.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal António Prôa, do PSD) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM** -----

-----Jardim-de-Infância N° 1 de Benfica -----

----- “Considerando que: -----

----- - Este estabelecimento de ensino pré-primário se situa na Estrada de Benfica n.º 547, na Freguesia de Benfica, cujo acesso é feito por uma estrada transversal à Estrada de Benfica. -----

----- - Esta mesma estrada de acesso se encontra actualmente em estado deplorável devido à passagem de veículos pesados das obras decorrentes da construção do Agrupamento de Escolas Pedro de Santarém no mesmo local. -----

----- - A estrada de acesso se encontra sem passeios para peões, o que obriga pais e crianças a caminharem pelas bermas que se tornam lamaçais quando chove. -----

----- - A direcção do Jardim de Infância, a Associação de Pais e os pais em geral já alertaram a Junta de Freguesia de Benfica, a CML e o Ministério da Educação para a falta geral de segurança neste mesmo arruamento sem resposta satisfatória nem garantias de que a situação será resolvida. -----

----- - A Câmara Municipal de Lisboa afirmou ser «um arruamento (...) que actualmente só dá acesso a um jardim-de-infância.» -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, por proposta do Grupo Municipal do MPT – Partido da Terra, recomenda: -----

----- - Que a Câmara Municipal de Lisboa intervenha urgentemente nesta estrada de acesso, criando passeios de ambos os lados e lugares próprios de estacionamento, a fim de evitar possíveis acidentes. -----

----- - Que esta recomendação seja enviada à Direcção do Jardim-de-Infância N.º 1 de Benfica, à Associação de Pais do mesmo e ao Ministério da Educação.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal John Rosas, do MPT) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- Ciclovias da Zona Ribeirinha -----

----- “Considerando que: -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a promover o ciclismo como meio de transporte de eleição para motivos de lazer na Cidade de Lisboa. -----

----- - A Câmara Municipal de Lisboa fez um investimento de €2.9 milhões em ciclovias numa extensão de 40 quilómetros por toda a cidade, com vista a melhorar e criar novas pistas cicláveis. -----

----- - Encontra-se uma ciclovia entre Belém e o Cais do Sodré em funcionamento desde 1 de Agosto de 2009. -----

----- - Esta mesma ciclovia já está em estado de manutenção deplorável, especialmente entre o Terminal Fluvial do Cais do Sodré e as instalações do Clube Naval de Lisboa devido a circulação automóvel e abatimentos na mesma, assim dificultando a circulação de bicicletas e peões. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, por proposta do Grupo Municipal do MPT – Partido da Terra, recomenda: -----

----- - Que a Câmara Municipal de Lisboa intervenha urgentemente nesta ciclovia, responsabilizando a entidade construtora, que considera faltosa, para que os ciclistas possam usufruir desta pista ciclável em segurança.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal John Rosas, do MPT) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- - EXTINÇÃO DA GEBALIS - -----
----- GESTÃO DOS BAIROS MUNICIPAIS DE LISBOA, EEM -----
----- “A empresa municipal GEBALIS-Gestão de Bairros Municipais de Lisboa, EEM
foi criada em 1995. Tendo por objecto social a promoção do desenvolvimento local,
desenvolvendo a actividade de gestão social, patrimonial e financeira dos bairros
municipais nos termos e condições a definir pela Câmara Municipal de Lisboa. (artigo
3º n.º 1 dos Estatutos da GEBALIS), competindo-lhe assegurar uma manutenção do
parque edificado, bem como, promover acções de cobrança das rendas e fogos
municipais. (artigo 4º alínea a) e b) dos Estatutos da GEBALIS). -----
----- No momento da sua criação, o CDS manifestou preocupação quanto a uma mais
do que evidente duplicação de atribuições entre os serviços da Câmara Municipal de
Lisboa e uma empresa municipal, razão porque votou contra a criação da empresa. ----
----- Quinze anos depois, o tempo deu razão ao CDS. -----
----- Na verdade, não só se verificou uma absoluta duplicação de funções entre a
Direcção Municipal de Habitação da CML e actividade atribuída à GEBALIS, como,
igualmente, se tem verificado nos últimos anos uma total inércia no que diz respeito à
gestão dos 23.399 fogos de 77 bairros, nomeadamente quanto à não cobrança de
rendas, à não realização de obras no parque habitacional que gere e à não execução de
políticas de apoio social que lhe são cometidas estatutariamente e pela CML. -----
----- O panorama não é, de facto animador: -----
----- - que a situação financeira da empresa é apresentada com um passivo de 42,5
Milhões de Euros; -----
----- - pelo menos 172 fogos da GEBALIS estão ocupados abusivamente, sem que se
conheçam as medidas que tencionam tomar para os reaver, e que 250 fogos aguardam
demolição; -----
----- - os agregados que não pagam rendas, ou têm valores em dividas eram, em Abril
de 2010 de 10.1163 totalizando 18,3 Milhões de Euros. -----
----- Considerando a realidade acima descrita; -----
----- Considerando que muitos dos 239 funcionários da GEBALIS desempenham
funções cumulativamente já desempenhadas pelos funcionários da CML, existindo
assim, a já referida duplicação de funções, representando para a empresa um custo
anual por funcionário de 20,9 mil euros, totalizando 5 milhões de euros em 2009, o
que representa um acréscimo de 247,5 mil euros consignados na rubrica de “custos
com o pessoal”, tudo isto sem contabilizar as despesas com os “serviços externos” que
totalizou em finais de 2009 15,5 milhões de euros, verificando-se um agravamento de
1,9 milhões de euros. Só esta despesa representa 61,79% na estrutura de custo da
GEBALIS; -----
----- Considerando que a GEBALIS não tem conseguido desenvolver, quer no âmbito
social quer financeiro, qualquer actividade sublime para o Município de Lisboa; -----
----- Considerando que a política prosseguida pela GEBALIS ignora a acção social e o
trabalho de inclusão daqueles que se sentem cada vez mais excluídos, seja pela sua
origem geográfica, seja pelo percurso de vida, seja pela etnia, seja pela condição
económica e social, seja pela crença religiosa; -----

----- Considerando que as Juntas de Freguesia devem, obrigatoriamente, e no âmbito de uma política de proximidade com os munícipes, ter uma maior participação na gestão dos bairros de habitação social, nomeadamente ao nível da acção social e da conservação e manutenção do espaço público e ajardinados; -----

----- Considerando que, nos termos das disposições conjugadas da alínea l) do n.º 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro e do n.º 1 do artigo 44º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro, a extinção de empresas municipais depende da deliberação da Assembleia Municipal; -----

----- Nestes termos, o Grupo Municipal do CDS-PP entende recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1 - Delibere propor a esta Assembleia Municipal a extinção da GEBALIS-Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, EEM ao abrigo disposições conjugadas da alínea l) do n.º 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro e do n.º 1 do artigo 44º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro. -----

----- 2 - Proceda à liquidação do respectivo património, activo e passivo, por transmissão do mesmo para a CML, aplicando-se com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 148º do Código das Sociedades Comerciais e demais procedimentos aplicáveis. -----

----- 3 - Promova todas as diligências necessárias com vista à integração dos 239 funcionários da empresa nos seguintes termos: -----

----- i - os especialmente vocacionados para a área da habitação na Direcção Municipal de Habitação; -----

----- ii - os demais no universo empresarial do Município de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- “De acordo com as conclusões do Índice de Paz Global, num estudo elaborado pelo Instituto para a Economia e a Paz a partir de dados compilados pela Economist Intelligence Unit, Portugal é o 9.º (nono) país mais pacífico da Europa e o 13.º (décimo terceiro) em todo o mundo, num ranking de 149 países. Este estudo classifica os países através da combinação de 23 indicadores, como o nível de gastos militares ou relações com os países vizinhos, mas também a taxa de homicídio ou crimes violentos. -----

----- Um indicador positivo de desenvolvimento do nosso país, sabendo ainda que a criminalidade violenta e grave diminuiu 16,5% no primeiro trimestre do ano face ao mesmo período de 2009, de acordo com o Ministro da Administração Interna, Dr. Rui Pereira. -----

----- Não obstante este quadro de alguma forma animador, subsistem alguns problemas. Por exemplo em Lisboa, e este é o assunto que nos preocupa, na zona da Cidade Universitária, com especial enfoque nas imediações do ISCTE, vários são os assaltos, agressões e injúrias que têm ocorrido. A direcção da escola, e em particular a associação de estudantes, tudo têm feito para contornar estas situações. Por sinal nada fáceis de evitar. Aliás, até ao momento as únicas medidas tomadas foram da iniciativa da escola com a contratação de elementos de segurança privada. -----

----- São identificados como factores que obstaculizam a sua resolução a má iluminação, a densa vegetação, a falta de elementos dissuasores como os agentes das forças de segurança ou a vídeo vigilância. Este é aliás um tema que muito preocupa os habitantes da cidade. Como resultado dessa preocupação, chamamos a atenção do para as propostas subordinadas ao tema da “Segurança” que vários cidadãos apresentaram no âmbito do Orçamento Participativo. -----

----- Mas este não é um tema confinado a uma área específica nem a nenhum partido. Não é de direita nem de esquerda aludindo. Nem é responsabilidade directa de uma única entidade ou organismo. É um assunto com dimensão global mas também com dimensão local. E que a todos deve preocupar. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida em Sessão Ordinária em 29 de Junho de 2010, delibera instar a Câmara a que: -----

----- 1 - Pressione as forças de Segurança no sentido de se reforçar a vigilância nesta área. No entanto, e até se verificar esse reforço, que a própria Polícia Municipal possa assegurar, a título provisório, essa vigilância; -----

----- 2 - Reforce a iluminação de toda a zona de Cidade Universitária; -----

----- 3 - Promova um estudo que verifique a viabilidade de instalação de câmaras de videovigilância; -----

----- 4 - Que se dê conhecimento da presente Recomendação ao Ministério da Administração Interna, Governo Civil e Comando Metropolitano de Lisboa da Policia de Segurança Pública.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Cordeiro, do PSD) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO CINCO** -----

----- Continuam as agressões a Monsanto -----

----- “Considerando que: -----

----- A Câmara continua a permitir agressões ao Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Esta Assembleia Municipal tomou repetidamente posição quanto à premente necessidade de protecção do Parque contra as ambições de que constantemente é alvo e declarou já, sem a oposição de qualquer Agrupamento Municipal, o estado d/e TOLERÂNCIA ZERO para quaisquer obras, acções ou intervenções que signifiquem a impermeabilização ou deformação de qualquer outra parte, ou área, ou zona dentro dos seus limites. -----

----- Ainda recentemente, a Assembleia da República entendeu necessária a sua directa intervenção para contraria a construção de Subestação de distribuição de energia eléctrica em terreno no interior do Parque Florestal, a que a Câmara Municipal se não opôs e vendeu por preço vil, apesar de estar disponível local equivalente e adjacente, fora dos seus limites, sem ter verificado a viabilidade dessas possíveis alternativas. -----

----- Assiste-se actualmente com a aparente cooperação, anuência, licenciamento e encorajamento da Câmara Municipal a violentas obras de transformação e modelagem de terras junto Pólo Universitário da Ajuda, com construção de caminhos, terraplenos brutais e despejo de pedras e de inertes, destruindo tudo e alterando a fisionomia do local. -----

----- Afirma-se pretender criar assim as condições que se dizem óptimas para o Festival de música designado Delta Tejo, que aquando da sua criação tinha como princípio a integração do evento com o espaço. -----

----- A CML não deve continuar a permitir, e até promover, esta insuportável agressão do -Parque Florestal de Monsanto e passe a cumprir a sua obrigação e vocação primeira de garante da defesa e preservação de Monsanto, como lhe foi cometido pelo Decreto com força de Lei n.º 580-A de 16NOV38 e legislação subsequente. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida em Sessão Ordinária em 29 de Junho de 2010, delibera instar a Câmara a que respeite e promova que: -----

----- 1 - O Parque deverá poder acolher eventos que promovam a integração de espaços e pessoas, em verdadeira harmonia entre funções ecológicas, de lazer e realização de eventos. -----

----- 2 - As contrapartidas resultantes devem ser destinadas, preferencialmente, a melhorias e benfeitorias no Parque: claras e contabilizáveis. -----

----- 3 - Deverá ser respeitado o Plano de Ordenamento do Parque de Monsanto (datado de 05/02/2003). -----

----- 4 - O montante geral das verbas despendidas e a despende no local para estes efeitos deverá ser informado pela Câmara à Assembleia Municipal de Lisboa; -----

----- 5 - O conteúdo desta moção será enviado para a Assembleia da República, para a CCDR – LVT, para o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e para a Junta Metropolitana de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais António Prôa, Rui Cordeiro e Magalhães Pereira, do PSD) -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, disse que procurando ser sucinto, até porque colegas seus iriam abordar alguns assuntos, que nomeadamente diziam respeito a iniciativas do PSD que tinham a ver com moções e recomendações, não queria deixar de dar duas ou três notas. -----

----- Em primeiro lugar, relativamente à moção sobre a Faixa de Gaza, disse que o PSD, à semelhança do que têm afirmado em circunstâncias que consideravam similares, achava que este assunto não tinha cabimento no seio dos temas que, desde logo do ponto de vista legal, eram competência da Assembleia Municipal. Nessa medida, o PSD, como também era hábito, decidira dar liberdade de voto aos seus representantes, não tomando o partido, enquanto tal, posição sobre essa questão. -----

----- Relativamente ao Parque Florestal de Monsanto, disse que havia duas iniciativas, uma das quais do PSD, e quanto a essa, ainda que resumidamente, queria dar nota que lhes parecia que começavam a ser demasiadas as coincidências que os levavam a poder afirmar que o Parque Florestal de Monsanto era hoje um espaço sujeito a toda a espécie de agressões. -----

----- Ainda há pouco tempo tiveram oportunidade de fazer ali referência e tomar posição, no que dizia respeito à construção da subestação da REN – Rede Eléctrica Nacional, em terrenos de Monsanto, numa violação clara daquilo que lhes parecia que deveria ser a preservação daquele espaço, enquanto Parque Florestal, e que a Câmara, ainda assim, entendera por bem ceder, sequer sem contestar e sem propor soluções

alternativas que pudessem salvaguardar o parque. A Câmara, ao contrário do que seria de esperar pois deveria ser a primeira entidade a defender aquele património de Lisboa das agressões, foi a primeira a ceder e a concordar com essas agressões. -----

----- E neste momento estava a ser feita uma agressão violenta ao Parque Florestal de Monsanto, que visava dotar o espaço de condições para a realização de um festival de música. O PSD não tinha nada contra a realização do festival, aliás a primeira edição foi realizada ainda no tempo em que o PSD tinha a Presidência da Câmara, sendo que ele próprio, como Vereador, tinha responsabilidades no Parque Florestal de Monsanto, mas a grande diferença era que o PSD considerava que o parque deveria ser fruído pelas pessoas. Aliás o PSD orgulhava-se de ter revitalizado, de forma decisiva, o Parque Florestal de Monsanto. Consideravam que era possível fazer-se ali o festival, mas isso em harmonia com as diversas componentes que o parque integrava: a componente ecológica, a componente do lazer, e também a componente desportiva e a realização de eventos, tudo isso com respeito pelo espaço tal como ele existia. -----

----- Mas o que estava agora a ser feito para ser utilizado pelo Festival Delta Tejo era uma agressão inqualificável àquele espaço, em nome da realização de um evento. Podiam até concordar que aquele espaço carecia de requalificação, estavam de acordo, só que esta requalificação era uma requalificação à medida de um evento, era uma intervenção agressiva de modelação do terreno com o propósito exclusivo à realização de um festival, que já lá se realizara no passado sem a necessidade dessa agressão. ----

----- Portanto, parecia ao PSD que era pertinente que a Assembleia Municipal tomasse uma posição firme de condenação da posição passiva da Câmara Municipal relativamente às agressões ao Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Sobre a recomendação que apresentaram relativamente ao Metro, disse que ela aparecia na sequência de uma notícia que os deixara preocupados, e que não foi desmentida, que dava conta da intenção do Governo em privatizar pelo menos algumas áreas de exploração do Metropolitano de Lisboa. -----

----- Ora, isso parecia-lhes que era a continuação de uma atitude arrogante, por parte do Governo, quanto à Câmara Municipal de Lisboa e em relação ao papel que, segundo julgava, todos ali defendiam que deveria ser o papel da Câmara, um papel de intervenção e de peso decisivo na definição das estratégias do Metropolitano de Lisboa, e também na sua gestão. -----

----- Sabiam que neste momento em que era substituída a administração, existiria um administrador indicado pela Câmara, e ainda bem que isso voltava a acontecer como já tinha sucedido no passado, o Governo emendara a mão relativamente a essa matéria depois de ter retirado a possibilidade de um representante da Câmara integrar o Conselho de Administração do Metro. No entanto, isso era feito ainda sem nenhuma sustentação formal e o que o PSD defendia era que, de uma vez por todas, a Câmara Municipal de Lisboa passasse a ter o papel que lhe cabia e que era importante que tivesse na definição da estratégia e nas decisões de gestão do Metropolitano de Lisboa. -----

----- Outra ausência absoluta, segundo disse, era a opinião da Autoridade Metropolitana de Transportes, que já estava supostamente em funções, e estando em

funções parecia-lhe que também deveria ter uma palavra no que dizia respeito ao futuro do Metropolitano de Lisboa. -----

----- Mas o que lhe parecera ver com essa notícia da intenção de privatizar, era dar uma resposta ao insucesso financeiro do Metro em termos de gestão, o que, aliás, era já crónico, mas que era uma fuga para a frente no sentido de encontrar uma solução, retirada da cartola, para desviar a atenção para esse problema. E não lhe parecia que o Município de Lisboa devesse ficar indiferente ao facto do Ministério das Obras Públicas, aparentemente, ter essa intenção sem consultar previamente a Câmara, sem que se encontrasse primeiro um modelo novo para gestão do Metro, que envolvesse a Câmara e de forma a que a Câmara, ela própria, também se pudesse envolver nas questões sobre o futuro do Metropolitano de Lisboa. -----

----- Aludindo à moção sobre o Hospital Pediátrico em Lisboa, disse que o PSD se lhe associara de forma empenhada, de forma muito afirmativa, porque julgavam que esse poderia ser um sinal de desenvolvimento da sociedade, ou de retrocesso nesse desenvolvimento. O facto de estar em causa que a capital do País deixasse de ter um hospital pediátrico, tal como era consensual por todos os técnicos de saúde, nomeadamente aqueles que trabalhavam no actual Hospital D. Estefânia, parecia-lhes um retrocesso preocupante da evolução da sociedade em termos de civilização. Era um problema também cultural. -----

----- Mas essa questão não acreditava que pudesse restringir-se a aspectos económicos. Poderia haver boas razões económicas que dissessem que um hospital pediátrico podia ser prescindido em troca de criar valências num hospital geral, mas havia razões muito mais importantes do que a razão económica, e que justificavam, como foi demonstrado pela intervenção do Prof. Gentil Martins feita há pouco e também pelo papel importante que a Plataforma Cívica em defesa do Hospital Pediátrico tem divulgado, instituição a quem apresentava as felicitações do PSD porque, de forma persistente, vinha contrariando a intenção do Governo em acabar com um hospital pediátrico, tal qual ele deveria existir, em Lisboa. -----

----- Portanto, o PSD associava-se, de forma empenhada, a essa moção, e entendia que a Câmara Municipal de Lisboa não poderia ficar indiferente, enquanto órgão executivo da Cidade Capital do País, à questão de se prescindir de um hospital com as características de um hospital pediátrico, fundamental, quanto mais não fosse, para que dessem um sinal que queriam tratar bem das crianças em Lisboa, porque queriam rejuvenescer a população da Cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que embora já tivessem votado os Votos de Pesar, que lhe permitissem que expressasse, em nome da bancada do PS, a sentida emoção pelo falecimento de José Saramago, Prémio Nobel da Literatura, um grande português e ex-Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, facto que muito os orgulhava a todos e queriam ali ver salientado. -----

----- Depois, disse que votaram também com muita satisfação a saudação apresentada pelo facto de Lisboa ter recuperado terreno para a jurisdição municipal à Administração do Porto de Lisboa. Foi, seguramente, como referia a saudação, um

desiderato das várias autarquias, mas fora de facto uma grande conquista desta autarquia presidida pelo Dr. António Costa, que desde cedo tenazmente pugnara para que tal acontecesse. Portanto, esta saudação era mais do que merecida, e por isso a votaram com enorme satisfação. -----

----- Relativamente às moções e recomendações apresentadas, disse que o PS sobre algumas dava o benefício da dúvida e votaria favoravelmente, mas sobre outras tinha algumas reservas de princípio. -----

----- Começando pela recomendação do CDS-PP, que propunha a extinção da GEBALIS, disse que gostariam de dizer, e até fazer ali um apelo aos Srs. Deputados Municipais, que seria de todo o sentido que retirassem essa recomendação. Era sabido que o Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Vereadora solicitaram à administração dessa empresa que encomendasse um estudo de viabilidade sobre a mesma, pelo que lhes parecia prematuro que estivessem agora a votar antecipadamente o que quer fosse, e muito menos a extinção de uma empresa que tendo tido, em anos passados, o seu nome arrastado pela lama, tinha neste momento uma presença de dignidade, desempenhava uma função social que era insubstituível, para já, na Cidade de Lisboa e que, portanto, a ter que um dia ser porventura encerrada, teria que esse mesmo processo ser bem preparado se tal viesse a acontecer. -----

----- Disse que em 2007 a GEBALIS tinha o seu nome pelas ruas da amargura, mas hoje em dia tinha os seus indicadores económicos e financeiros controlados e dentro dos orçamentos previstos. A GEBALIS tem desenvolvido uma função social fundamental. Ainda presentemente, nesta gestão e sob a orientação da Câmara Municipal de Lisboa, face à grave crise económica que o País atravessava em que as pessoas mais desfavorecidas naturalmente eram as mais prejudicadas, a GEBALIS assumira a limitação do aumento de rendas para o valor de 1,2% em vez dos previstos 5,6% e também assumira a redução das próprias rendas. -----

----- Portanto, isso era um serviço social que a GEBALIS prestava, e queria recordar que a GEBALIS geria mais de 23.000 fogos e que neles habitavam mais de 81.800 pessoas, portanto um quinto da população de Lisboa morava em bairros municipais, e esse factor não poderia ser desconsiderado numa avaliação final que deveriam fazer, até porque essa população era uma população muito heterogénea e que apresentava diversos contextos multiculturais. -----

----- Portanto, tudo isso teria que ser muito bem pensado. Esta GEBALIS herdara uma situação muito difícil, a dívida galopante que a GEBALIS assumira no período de 2003, 2004 e 2005, foi uma dívida incompreensível até porque esse endividamento não fora revertido em prestações em apoio social, pelo que, antes de mais nada, queriam salientar o enorme esforço que tinha vindo a ser desenvolvido pelo Presidente do Conselho de Administração que conseguira adjudicar as mesmas obras por metade do preço pelas quais elas eram adjudicadas anteriormente. -----

----- Por isso, não se podia agora votar, repentinamente, uma moção de rejeição sem se saber bem, sem se promover primeiro um estudo por uma entidade independente que era o que estava a ser feito, para se saber quais eram as diversas viabilidades e as

diversas hipóteses que se colocavam à empresa, e naturalmente também a hipótese da sua extinção teria que estar colocada em cima da mesa. -----

----- Portanto, reforçava o seu apelo pedindo ao CDS-PP que retirasse a sua recomendação, porque, se insistisse em mantê-la, o PS votaria contra. -----

----- Disse, ainda, que iriam votar favoravelmente a moção referente ao Hospital de D. Estefânia, não porque se reconhecessem muito particularmente ou completamente num dos pontos dessa moção, porque já puderam constatar na diversa comunidade científica a existência de diversos pareceres e diversas opiniões sobre os mesmos, mas entendiam que era uma questão sensível que merecia um acompanhamento e uma informação, que a Cidade de Lisboa porventura ainda não tinha, tal como a Assembleia Municipal ainda não tinha também. -----

----- Portanto, votariam favoravelmente essa moção, precisamente para induzir um melhor esclarecimento da Assembleia Municipal, principalmente por parte do Ministério da Saúde, que entendiam essencial que acontecesse. -----

----- Relativamente à moção apresentada pelos IND-PS, em relação à Faixa de Gaza, disse que o PS iria votar favoravelmente o terceiro ponto e iria abster-se nos restantes, mas também partilhavam um bocado da opinião ali referida pelo Sr. Deputado Municipal António Prôa de que havia determinados temas que não eram temas que dissessem particularmente respeito à Assembleia Municipal. Aliás, a própria moção estava sustentada num considerando que era um considerando não verificável e não realizável, porque Lisboa não poderia nunca geminar-se com Ramallah já que só se podia geminar com capitais de países. -----

----- Portanto, nessa perspectiva, uma votação que houvera na Assembleia Municipal há cerca de um ano, na qual o PS não votara a favor mas que obtivera aprovação, era de efeito nulo porque Lisboa estava impedida de se geminar com outras cidades que não fossem capitais de países. -----

----- Por fim, sobre a recomendação apresentada pelo MPT sobre a deterioração de determinada parte da pista ciclável que foi recentemente inaugurada, disse que o PS fizera algumas sugestões porque estava identificado o transgressor responsável pelo desarranjo daquele troço da pista, e, portanto, o que teriam ali que votar seria uma recomendação que reforçasse a autoridade e a iniciativa da Câmara junto da Administração do Porto de Lisboa para que procedesse imediatamente às devidas reparações. E não competia à Câmara estar-se a substituir a outros, gastando dinheiro do seu Orçamento na reparação de coisas que outros estragaram e que porventura teriam um orçamento mais folgado que a própria Câmara. -----

----- Portanto, se o MPT aceitasse essa alteração, o PS votaria a favor. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que essa recomendação foi retirada pelo Grupo Municipal proponente, o MPT. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que o PCP apresentara várias moções, uma delas pela concretização do direito à saúde em Lisboa, outra sobre o agravamento das condições de vida dos portugueses, outra ainda sobre a situação dos trabalhadores dos cemitérios em Lisboa, de que falaria um camarada seu, e ainda uma outra sobre o Festival Delta Tejo que tinha a ver com a

destruição que estava a ser levada a cabo em Monsanto, lutando pela sua preservação e cumprimento da legislação em vigor, que desde logo teria que ser observada pela Câmara Municipal. -----

----- Depois, sobre o Voto de Pesar pelo falecimento de José Saramago, fez a seguinte intervenção: -----

----- “José Saramago foi uma das crianças que não tiveram direito a ser meninos. -----

----- Cresceu no meio de dificuldades e da dureza da vida. -----

----- Fez-se a pulso e ajudou a fazer outros homens e mulheres do nosso país e do mundo. -----

----- Veio cedo para Lisboa, com os pais. Conheceu quartos, partes de casa, e, finalmente, uma casa pequena e pobre para morar. -----

----- Não tinha livros em casa e leu muitos livros na biblioteca do Palácio Galveias. ---

----- Estudou para ser serralheiro mecânico e trabalhou honradamente nessa arte. Teve outras profissões. Ambicionou ter mais mundos e teve-os. Conheci-o em 1968, quando acabara de publicar uma crítica dura sobre um livro de Ferreira de Castro, na Seara Nova. Tinha razão, mas foi criticado por quem pensava que os mestres não falham. Deixou de fazer crítica literária. Era director na Estúdios Cor e editou José Rodrigues Miguéis e outros autores. Escrevia no jornal A Capital. Foi publicando excelentes livros de poemas e, de repente, saiu um livro de crónicas de Lisboa. Só mais tarde, depois do 25 de Abril, traduziu e escreveu como profissional. Aderiu ao PCP em 1969. Lutou connosco ano após ano. Foi para Espanha, mas não deixou Lisboa, na memória e na prática de aqui ter casa. Devemos-lhe alguns dos melhores livros sobre esta cidade. -----

----- E devemos-lhe essa obra-prima que se chama “Levantado do Chão”, entre outras como “O Memorial do Convento” e “O Evangelho Segundo Jesus Cristo”. -----

----- Foi um cidadão da vida e do mundo. Teve contradições e qualidades imensas, como os seres humanos que se prezam. -----

----- Escreveu e amou o que era humano, o que via com a sua experiência e os seus olhos, o que entendia com os sentidos e o cérebro. -----

----- Honrou-nos a todos e a Portugal, ganhando o Prémio Nobel que alguns não ganham com malabarismos e habilidades de feira de papel. Ficará connosco para sempre. Foi, e é, uma lição de vida imensa, de dignidade e inteireza, à sua maneira. Tal como devem ser os homens e as mulheres que se respeitam a si próprios. Ter só uma cara, nas fragilidades e nas forças de que somos feitos. -----

----- Aí esteve, no coração, nas mãos e em livros erguidos, de muitos homens e mulheres que o saudaram com sinceridade na Câmara, nas ruas e no Alto de São João. Choravam sentidamente, os que o souberam ler. Aí ficam os livros e os exemplos de cidadania e de intervenção, para que o tentemos entender, agora e no futuro que nos compete construir. -----

----- Aí fica a nossa mágoa, a minha, que o vi partir para Lanzarote com muita pena. Desculpem esta nota pessoal. Falava-me dolorosamente da ida e da casa, de quanto dinheiro custaria a erguer, e até da criação de um espaço para um jovem da família poder viver com eles e ouvir música com os amigos sem incomodar o seu trabalho e o

de Pilar. Fomos irmãos da vida e da luta e terei sempre a honra de dizer que me convidou, em 1971, para entrar no PCP e na célula clandestina de que ele era responsável. Solidário, transparente e duro. Exigente. Às vezes excessivo. Sim, às vezes somos excessivos, quando a vida não é para nós uma brincadeira de gente privilegiada ou a querer integrar-se numa classe a que não pertence. -----

----- A vida não foi fácil para José Saramago. Mas deu-lhe tudo o que ele conseguiu erguer, a par e passo. A nossa homenagem, na grandeza e na pequenez dos homens, é esta mesmo. Vamos ler-te e vamos honrar o que fizeste e nos deixaste. -----

----- A luta continua, diz sempre um comunista, perante todas as adversidades. Sim, a luta na vida, no quotidiano injusto e miserável que nos impõem os que tão mal governam; como continua a luta na cidade que te adoptou e que te fez seu filho, Lisboa que tu entendeste e fizeste crescer na nossa memória e identidade. -----

----- Obrigado, José, por tudo o que aprendeste, pelo que fizeste e por tudo o que continuarás a fazer na vida e nos sonhos de quem te vai ler e amar pela vida dentro. ---

----- Lá estarão, sempre, as tuas dúvidas, a tua ironia, os teus avisos e o grande calor da vida e da esperança que te guiou e nos guia. -----

----- E essa é a maior vitória de quem escreve e de quem luta para mudar e transformar, contra os que só servem para mistificar e defender este sistema injusto e condenado a morrer. -----

----- Até sempre, camarada.” -----

----- **O Deputado Municipal Filipe Lopes (IND-PS)**, no uso da palavra, referiu que apenas queria dar algumas pistas relativamente à moção que apresentaram sobre o Regime de Renda Apoiada. -----

----- Disse, então, que as habitações municipais de Lisboa têm sido atribuídas em regime de cedência precária, ao abrigo do Decreto-Lei 35.106, de 1945, mas esse Decreto-Lei fora revogado pela Lei 21/2009, de 19 de Janeiro, sem que fosse esclarecido o regime de arrendamento social. -----

----- Não podendo as cedências a título precário continuar, tem-se aplicado às novas atribuições a Lei da Renda Apoiada (o famoso Decreto-Lei 166/93), o que permitira tomar consciência de que os valores de renda a que se chegara são inoportáveis para muitos agregados e rendimentos. Daí, o pedido de suspensão da aplicação da Renda Apoiada até à revisão do respectivo Decreto-Lei. -----

----- Para a revisão e à luz da experiência adquirida nos bairros, indicavam-se as seguintes orientações: -----

----- 1 – Para base do cálculo, utilizar o Rendimento Familiar Líquido e não o Bruto. --

----- 2 – Ter em conta a dimensão e a composição do agregado através da capitação de rendimento. -----

----- 3 – Não incluir nos rendimentos os recebimentos ocasionais. -----

----- 4 – Ponderar a taxa de esforço definindo uma progressividade justa em relação com os rendimentos. -----

----- 5 – Estabelecer um limite máximo através da renda técnica. -----

----- 6 – Condicionar a actualização da renda a um bom estado de conservação. -----

----- Referiu que ao passar de um regime de cedência precária, sem contrato e sem direitos, para um regime de arrendamento, com direitos e deveres, estariam a alterar, de forma positiva, a relação dos habitantes com a Câmara. -----

----- Aludindo à questão do Hospital de D. Estefânia, disse que tinha uma dúvida sobre essa matéria e que no conjunto dos Deputados Municipais IND-PS tinha uma posição particular. Considerava que se deveriam fazer todos os esforços para manter um hospital pediátrico independente, mas mantê-lo naquele sítio da Estefânia aproveitando o máximo das estruturas existentes para defender o património. Como se tem feito na maior parte dos países, que eram mais ricos que Portugal, aproveitando as estruturas existentes, melhorando-as, completando-as, fazendo aí de facto o hospital pediátrico que a Cidade precisava. -----

----- **O Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que se discutia hoje uma matéria de extrema importância para a Cidade de Lisboa e para o futuro das suas crianças, a construção de um novo hospital pediátrico em Lisboa, proposta subscrita pela maioria das forças políticas com assento na Assembleia Municipal, incluindo o apoio da Sra. Presidente. -----

----- Aliás, aproveitava este momento para saudar a presença da Plataforma Cívica de Defesa do Património do Hospital D. Estefânia, na pessoa do Prof. Gentil Martins. ----

----- Referiu que o Hospital D. Estefânia, anteriormente designado por Hospital da Bemposta, nascera da intenção de separar adultos de crianças no que dizia respeito aos internamentos hospitalares, respondendo, assim, às necessidades cada vez mais reconhecidas de cuidados específicos destinados apenas a crianças, com pessoal qualificado para o efeito. -----

----- Entretanto, o Governo decidira encerrar o hospital, incluindo as suas valências num serviço do futuro Hospital de Todos os Santos, na zona oriental de Lisboa, assumindo a sua posição como única via, quando se concluía as obras do Hospital Pediátrico de Coimbra e o funcionamento do Centro Materno-Infantil do Porto. -----

----- Acrescentou que a discussão pública tem sido feita pelos cidadãos, ao contrário do Ministério da Saúde que não tem revelado abertura ao diálogo. -----

----- O CDS-PP defendia que a prestação de cuidados diferenciados às crianças doentes, especialmente nos casos mais graves, era uma prioridade em termos de saúde no mundo desenvolvido, sendo por isso essencial e estratégico a existência de um hospital pediátrico. -----

----- De resto, essa posição vinha sendo defendida não só por grande parte dos profissionais de saúde pediátrica, mas também por vários quadrantes políticos e da opinião pública, sendo o facto de maior relevância a subscrição de uma petição por mais de cem mil cidadãos portugueses contra o encerramento do Hospital D. Estefânia. -----

----- Disse que as instalações actualmente ocupadas pelo hospital deveriam dar lugar, no entender do CDS-PP, a um espaço vocacionado para a criança e a sua condição, nomeadamente com serviços de apoio social, educativo e cuidados paliativos, entre outros. -----

----- Não podiam deixar que esse espaço cedesse à tentação imobiliária e se convertesse num condomínio, destruindo o seu património histórico e arquitectónico. Dizia o Prof. Gentil Martins, e bem, que em Lisboa existiam 600 mil crianças, ao que reforçava que o hospital servia ainda todas as crianças do sul do País, Açores, Madeira e PALOP's. -----

----- Assim, pedia-se à Assembleia Municipal que defendesse os interesses das crianças da sua Cidade, as de hoje e as das gerações vindouras, através da afirmação da necessidade de um hospital pediátrico autónomo, em detrimento da sua inclusão num futuro serviço, apelando ao Governo que o espaço agora ocupado pelo Hospital D. Estefânia fosse utilizado por mais infra-estruturas directamente ligadas à criança e à sua condição. -----

----- Continuando, disse que o CDS-PP trazia também hoje a discussão um tema que vinha defendendo há vários mandatos, e que se prendia com a reestruturação das empresas municipais de Lisboa, neste caso a extinção da GEBALIS. -----

----- Criada em 1995, essa empresa tinha como objectivo social a promoção do desenvolvimento local, desenvolvendo a actividade da gestão social, patrimonial e financeira dos bairros municipais, bem como a cobrança das rendas e a manutenção do edificado. Desde a sua criação que o CDS-PP manifestara preocupação com a duplicação de funções, entre os serviços da Direcção Municipal de Habitação e a empresa municipal, razão pela qual, desde o início, votara contra. E, passados 15 anos, o tempo dera razão ao CDS-PP. -----

----- Passando aos factos, disse que não só se verificava uma duplicação de funções entre os serviços da Câmara e a actividade atribuída à GEBALIS, como se verificava também uma inércia no que respeitava à gestão de 23.399 fogos de 77 bairros, nomeadamente com a não cobrança de rendas, não realização de obras e não execução de políticas de apoio social que lhe foram cometidas estatutariamente pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- No que respeitava à gestão financeira, disse que o panorama era ainda menos animador, já que a empresa apresentava um passivo de 42,5 milhões de euros, em 2009 as rendas por cobrar chegavam aos 18,3 milhões de euros, que representavam dez mil famílias que não pagavam rendas. Era o sexto ano consecutivo que a empresa apresentava resultados negativos: 162 fogos ocupados abusivamente quando a lista de pedidos para a atribuição de fogos aumentava exponencialmente, de dia para dia, não podendo haver resposta nem por parte da empresa nem por parte da Câmara; 250 fogos aguardavam demolição; e o custo anual, por funcionário, era de quase 20.000 euros, totalizando 5 milhões de euros em 2009. Só em serviços externos de pessoal foi alcançado o valor de 15,5 milhões. -----

----- Em suma, os custos com pessoal representavam, na estrutura da GEBALIS, 62%.

----- Por outro lado, as queixas das actuações, ou da sua falta, aumentavam de dia para dia, a empresa perdera credibilidade e os moradores dos bairros municipais perderam confiança no seu senhorio. A GEBALIS estava tecnicamente falida e, mais grave, vinha violando conscientemente a Lei das Finanças Locais, o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local e o Código das Sociedades Comerciais. -----

----- Perante esses dados, sintomáticos de uma empresa que acumulava insucessos e incapaz de desenvolver a sua actividade em pleno, quer no âmbito social, quer no âmbito financeiro, e tendo em conta que as Juntas de Freguesia deviam, numa lógica de proximidade com os munícipes, ter uma maior participação na gestão dos bairros sociais, particularmente ao nível da acção social e conservação da manutenção dos espaços públicos e ajardinados, não viam outra solução que não fosse a dissolução da empresa e, por isso, os argumentos ali produzidos anteriormente reforçavam a necessidade da extinção da GEBALIS, pelo que não retiravam a recomendação. -----

----- Assim, não restava outra solução que não fosse optar pela extinção da empresa, proceder à liquidação do respectivo património, activo e passivo e transmissão à Câmara Municipal, e que se promovessem as diligências necessárias com vista à integração dos seus 239 funcionários na Direcção Municipal de Habitação. -----

----- Disse, ainda, que esta medida urgia em tempo de crise em que os munícipes davam sinais claros de descontentamento e falta de confiança e de rigor naqueles que decidiam os seus desígnios, e a Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador, não poderia deixar de se pronunciar sobre tão importante matéria para o futuro social da Cidade. -----

----- Em relação à moção n.º 11, subscrita pelo PCP, BE, IND-PS e PEV, disse que o CDS-PP não poderia deixar de se pronunciar sobre ela, até porque tinha ligação directa com a recomendação que acabara de apresentar. A Lei que regulava o Regime da Renda Apoiada tinha várias falhas no que respeitava à justiça social, nisso estavam de acordo, nomeadamente nos critérios de afixação das rendas onde não se tinha em conta o número de filhos não agregados, ou o rendimento líquido em detrimento do rendimento bruto. As variadas injustiças têm sido reclamadas, e com razão, pelos moradores atingidos por este regime, que, por acaso, até tivera o voto favorável de alguns dos partidos que agora pediam a sua suspensão. -----

----- A moção solicitava, ainda, que a aplicação tivesse em conta o bom estado de conservação do fogo, mas era preciso que tivessem cuidado com essa medida, porque não se podia agravar uma renda a quem durante anos a fio mantivera o fogo em bom estado e baixar a renda aqueles que não protegiam o fogo que lhes fora arrendado. Essa medida, sim, provocaria uma verdadeira injustiça. -----

----- Disse, ainda, que no que respeitava à verdadeira essência dessa moção, embora o CDS-PP compreendesse que a sua aplicação tivesse prejudicado aqueles que eram atingidos directamente por ela, não poderia concordar com a suspensão do regime até porque estaria a concordar com uma ilegalidade, e nem a Câmara tinha essa competência. A Lei existia, infelizmente era a que tinham e com as falhas que tinha, portanto teria que ser cumprida. Que se pedisse ao Governo que procedesse à sua revisão, porque pedir à Assembleia que recomendasse à Câmara que suspendesse a sua aplicação parecia-lhes altamente vigente, uma vez que não era da sua competência alterar a mesma. -----

----- **O Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra, disse que se desejava pronunciar sobre a moção pela suspensão da aplicação do Regime de Renda Apoiada, para, em primeiro lugar, manifestar, em nome do BE, todo o apoio às

pretensões das associações de moradores que se juntaram em reunião no passado dia 26 de Junho, e as suas deliberações que ali lhes trouxeram. -----

----- Depois, em segundo lugar, manifestar a solidariedade do BE para com os moradores desses bairros que vinham sentindo na pele a injustiça da aplicação do Regime de Renda Apoiada. -----

----- Pronunciavam-se pela urgência da alteração dessa Lei em sede da Assembleia da República, que apoiavam, nomeadamente no sentido que o rendimento a ter em consideração para o cálculo da renda fosse o rendimento líquido e não o rendimento bruto; que se uniformizasse e actualizasse a definição de agregado que poderia variar de diploma para diploma; que se passasse a ter em conta a nova legislação em matéria de união e casamento entre pessoas do mesmo sexo; que fosse revista a progressividade da taxa de esforço das famílias de forma a não penalizar desproporcionadamente os rendimentos das famílias não superiores a dois salários mínimos nacionais bem como as restantes, porque era a partir dos dois salários mínimos nacionais que a renda disparava para a renda técnica, o que fazia criar as injustiças a que estavam a assistir, e era preciso ter em conta que os salários dos portugueses eram dos mais baixos da União Europeia, e que a aplicação desse regime tivesse sempre em conta o estado de conservação do fogo, mas não penalizasse o inquilino por uma responsabilidade que não era sua. -----

----- Por outro lado, concordavam com a moção para que a Câmara suspendesse a aplicação do Decreto-Lei 166/93, de 7 de Maio, às cedências precárias em vigor, até à revisão desse diploma ou publicação do NRAU Social, tanto mais que a aplicação da renda apoiada não era obrigatória. -----

----- Disse que o BE entendia que o Governo teria que encontrar uma solução justa para o arrendamento dos bairros tutelados pelo IHRU, o que passaria pela suspensão do Decreto-Lei 166/93, de 7 de Maio, até à sua alteração. -----

----- Prossequindo, disse que o BE acompanhava as diversas moções e recomendações que foram hoje apresentadas, nomeadamente as que eram contra o agravamento das condições de vida dos portugueses, a concretização do direito à saúde e em defesa do Hospital Pediátrico de Lisboa, sobre Monsanto e o atentado que estavam a fazer contra esse parque, a do Metropolitano de Lisboa e a referente à revogação da concessão do terminal de contentores de Alcântara. -----

----- E, por último, eram contra o bloqueio da Faixa de Gaza porquanto era tempo de responsabilizar Israel pelas suas acções, era tempo de Israel respeitar o direito internacional e acabar com o bloqueio a Gaza. A comunidade internacional tem sido cúmplice do bloqueio a Gaza, cúmplice da tolerância para com as acções desproporcionadas, e cúmplice da situação de excepção. -----

----- Não chegava reiterar as declarações de condenação, muito menos de lamento, era preciso agir. Um grupo de Eurodeputados que visitara Gaza reunira-se, em conferência de imprensa, para exigir que a União Europeia suspendesse o estatuto de associação com Israel, alegando a violação da cláusula de respeito pelos Direitos Humanos, e impusesse sanções a Israel que acabassem com a situação de impunidade

que tornava incosequente a exigência de respeito pelas leis internacionais e pelo fim do bloqueio de Gaza. -----

----- E também esse caminho Portugal deveria seguir. Como Estado soberano, nas suas relações bilaterais com Israel e como membro das organizações internacionais, Portugal teria de ter uma posição clara de defesa do direito internacional, dos Direitos Humanos, da sanção dos ataques israelitas, fosse na União Europeia, fosse na NATO ou nas Nações Unidas. -----

----- Era inaceitável que Portugal continuasse a ser cúmplice dos crimes de Israel, e que o Governo português, entre todos os governos europeus, fosse o mais reservado na condenação desse ataque, à margem das leis internacionais. Era por isso que tendo a Assembleia Municipal, e bem, deliberado, há um ano, a geminação de Lisboa com Gaza, o fizesse agora condenando Israel e exigindo o respeito pelo direito internacional. -----

----- Disse, ainda, que apoiavam a recomendação n.º 4, apresentada pelo PSD, que exigia vigilância e segurança na zona da Cidade Universitária, com especial enfoque nas imediações do ISCTE, mas não podiam aceitar o espírito securitário da proposta de instalação de videovigilância, que punha em causa o direito à liberdade e à privacidade do cidadão. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, começou por dizer que há dias, folheando uma acta de uma reunião da Câmara, viu lá que o PPM e o MPT eram galáxias da coligação do Dr. Pedro Santana Lopes, que na Assembleia Municipal tinham direito a cinco minutos, porque eram cinco minutos para todos, eram todos iguais. E referia isto no seguimento de uma intervenção que o Sr. Presidente da Câmara ali tivera, a qual fizera com que ele manifestasse o seu protesto, que foi aplaudido por grande parte da Assembleia, quando o Sr. Presidente se quisera meter no funcionamento da Assembleia. -----

----- Portanto, seria bom lembrar que a Assembleia Municipal funcionava de acordo com os ditames da Sra. Presidente da Assembleia e dos restantes membros da Mesa, e, em última análise, com os membros da Assembleia. Esperava que isto ficasse de uma vez por todas esclarecido. -----

----- Depois, disse que felicitava o Sr. Presidente da Câmara pela maneira como estivera presente na visita do Papa Bento XVI, em representação da Câmara, com as suas insígnias, prestara uma homenagem a algumas dezenas ou centenas de milhar de lisboetas, e estivera bem nisso que fizera. -----

----- Por outro lado, também estivera muito bem em ter recebido o Sport Lisboa e Benfica, depois do clube ter ganho o campeonato nacional. Quando um escritor português, no século XVI, se referia a Lisboa como cidade das mais desvairadas gentes, se calhar estaria a prever a chegada dos benfiquistas, mas, enfim, tudo bem. ---

----- Outro elogio ao Sr. Presidente era por ter resolvido, ou pelo menos encaminhado, a questão dos terrenos do Sporting. Passaram dois Presidentes pela Câmara, sportinguistas assumidos, que não resolveram o problema, e foi preciso vir um benfiquista para o resolver, ou pelo menos encaminhar a sua resolução. -----

----- Depois, felicitou e agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara a Medalha da Cidade que concedera ao Grupo de Forcados Amadores de Lisboa, que faziam parte de um espectáculo que vinha na tradição multimilenária de um culto dominotauro, e num espectáculo quase bi-milenário já havia notícia, havia azulejos que representavam o espectáculo tauromáquico, independente do espectáculo circense de Roma, no norte de África, em que aparecia já um senhor com uma vara de forcado. Isto no século terceiro. -----

----- Só lamentava que os espectáculos tauromáquicos que estavam previstos na época das Festas da Cidade, não fizessem parte do programa das festas. Mas, enfim, já foi bom ter dado essa distinção a um Grupo que muito tinha contribuído para o nome de Lisboa, participando inclusivamente num filme que tivera projecção mundial, e que fazia parte, quer quisessem, quer não, de uma atracção turística de Lisboa. -----

----- Obrigado Sr. Presidente, e acredite que o faço com sinceridade, disse a rematar. --

----- **O Deputado Municipal António Arruda (MPT)**, no uso da palavra, disse que o MPT apresentara duas recomendações, mas resolvera retirar a referente às ciclovias visto que o Sr. Vereador Nunes da Silva lhes dera informação que até ao fim de Setembro as reparações estariam concluídas. Portanto não havia razão para manterem essa recomendação. -----

----- A outra recomendação tinha a ver com os acessos ao jardim-de-infância n.º 1, situado em Benfica, porquanto eles se encontravam num estado verdadeiramente deplorável, não dignos de um País dito civilizado, porque talvez nem os países do terceiro mundo queriam uns acessos assim. Eram buracos por todos os lados, carros a fazerem rali, não havia passeios de acesso, ou seja, quando chovia era um lamaçal, eram buracos cheios de água, e os pais com as crianças a fazerem rali para não se molharem no meio dos carros que estavam a passar. -----

----- Portanto, achavam que essa situação não poderia continuar e que a Câmara teria que tomar providências para arranjar esse acesso. Aliás, se a Câmara não tivesse tempo de lá ir, aconselhava que visse o vídeo que estava no YOUTUBE que justamente mostrava essa situação. -----

----- **A Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, começou por fazer referência ao Voto de Pesar pelo falecimento de José Saramago, dizendo que o PEV manifestava o seu profundo pesar pela morte de José Saramago, prémio Nobel da Literatura e vulto ímpar da cultura portuguesa e internacional. Foi uma enorme perda para a área da literatura, uma perda que deixaria mais pobre o País e o mundo. As suas obras fariam perdurar nos portugueses a memória de um escritor extremamente criativo e de um homem com opinião política e interventivo na sociedade, um homem que sempre lutara por um País e um mundo mais fraternos, justos e cultos. -----

----- Relativamente às moções, disse que com a apresentação da moção “Promoção de Produtos Nacionais nas Cantinas Municipais”, “Os Verdes” pretendiam que, através do uso de produtos nacionais na confecção de refeições nas cantinas municipais, a Câmara Municipal de Lisboa promovesse a produção nacional e contribuísse, dessa forma, para o desenvolvimento económico do País. -----

----- Referiu que, actualmente, Portugal dependia do exterior em termos alimentares em mais de 75%, sendo, dessa forma, a sua soberania alimentar francamente insuficiente. Era urgente apoiar a agricultura, a produção local e nacional, alertar as pessoas para que consumissem produtos portugueses pois dessa forma estariam a contribuir para o desenvolvimento e dinamização da economia nacional, bem como a contribuir para a redução de emissões de CO2, responsáveis pelo aumento do efeito de estufa e pelas alterações climáticas. -----

----- Consideravam que a Câmara Municipal de Lisboa poderia e deveria ter um importante papel nessa tarefa, e dar o exemplo a outras câmaras municipais do País, que não apostassem ainda na produção nacional ao elaborarem as refeições nas suas cantinas. -----

----- Apresentaram também uma moção sobre a gestão cemiterial no Município de Lisboa devido à falta de condições que afectava os coveiros dos sete cemitérios da Cidade. Actualmente, das 139 vagas para coveiros no quadro de pessoal da Câmara, estavam por preencher 28, e até nos 111 lugares ocupados havia 22 funcionários que não prestavam serviço total. Estavam, portanto, em situação de serviços moderados, e 21 estavam afectos aos fornos crematórios. -----

----- Ora, essa situação resultava em pouco mais de 60% dos coveiros para os sete cemitérios, com tendência a piorar devido a baixas e reformas. Essa falta de pessoal punha em causa a dignidade dos próprios funerais e a integridade física e psicológica dos coveiros. O risco de ocorrência de acidentes, como já sucedera, era cada vez mais elevado.-----

----- Uma vez que havia um desfasamento entre as necessidades do serviço e o quadro de pessoal, a moção ia exactamente no sentido de a Câmara proceder à abertura de concurso, que não se verificava desde 2006, com vista ao preenchimento das vagas existentes, através do reforço das condições materiais e humanas, pois só com o número total dos funcionários previstos se conseguiria prestar um serviço público de qualidade e sem sobrecarga para os trabalhadores dos cemitérios. -----

----- Referiu que “Os Verdes” subscreveram, juntamente com outros Grupos Municipais e Deputados Independentes, uma moção sobre o Hospital Pediátrico de Lisboa, por considerarem necessário garantir a existência de um hospital pediátrico autónomo, em vez de ser incluído no futuro Hospital Oriental de Lisboa. -----

----- Consideravam primordial, razão pela qual já apresentaram duas recomendações nesse sentido, que fosse garantido um espaço próprio para crianças, com ambiente hospitalar adequado e não uma secção pediátrica inserida num hospital geral adaptado a pediatria e com áreas e técnicos partilhados entre crianças e adultos. -----

----- Disse que a moção n.º 11, apresentada em conjunto por Deputados Independentes e por diversos Grupos Municipais, e que o PEV também subscrevia, recomendava à Câmara que suspendesse a aplicação do Regime de Renda Apoiada, pois consideravam que a aplicação da Lei criava situações injustas e fortemente penalizadoras. -----

----- Lembravam que as Associações e Comissões de Moradores de diversos bairros, como por exemplo do Bairro Padre Cruz, do Alto do Lumiar e das Amendoeiras,

reunidas no passado fim-de-semana aprovaram uma moção que defendia a alteração da Lei da Renda Apoiada. “Os Verdes” consideravam, pois, que era extremamente importante dar solução às diversas situações injustas existentes. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Antunes (PSD)**, Primeiro Secretário da Mesa e Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, no uso da palavra, referindo-se à Linha Vermelha do Metro disse que há mais de seis que os moradores das freguesias de São Sebastião da Pedreira, Nossa Senhora de Fátima, São Jorge de Arroios e São João de Deus, estavam sujeitos aos inevitáveis transtornos que uma obra dessas não poderia deixar de causar, tais como o trânsito cortado, trânsito alterado, trabalhos nocturnos, estacionamento altamente deficitário e problemas graves de segurança. -----

----- Ainda existiam *jerseys* espalhados pelas zonas interditas ao trânsito, vias ainda esburacadas, estacionamento vedado, impossibilitado ou caótico, buzinelas de viaturas que queriam sair das garagens, e outras encurraladas, para além dos estaleiros abandonados e vedados. -----

----- Vários têm sido os rumores sobre o que se ia fazer, mas nenhum se confirmara até ao presente, várias eram as entidades envolvidas mas nenhuma se comprometia com um prazo ou uma solução. E esta situação nenhum freguês a compreendia. -----

----- Todos sabiam que o Metropolitano de Lisboa estava muito endividado, ainda não procedera ao lançamento dos concursos para a reabilitação das artérias referidas, por culpa da Câmara Municipal de Lisboa, face às grandes indefinições entre os serviços e em especial entre os Srs. Vereadores Prof. Nunes da Silva e Dr. Sá Fernandes. -----

----- Quando tinham um Executivo que tinha um Vereador para a mobilidade, com responsabilidades somente sobre as vias de tráfego, sinais e passadeiras e, um outro, que se intrometia na mobilidade, o Sr. Vereador das ciclovias, passeios e pilaretes, estavam conversados. -----

----- O que se constava era um desrespeito do Metropolitano de Lisboa, mesmo quando a Câmara Municipal de Lisboa estava representada na sua administração. O Metropolitano de Lisboa pugnava por manter o antigo ditado que dizia “parecem obras de Santa Engrácia”. Pensava que com o fim das obras do panteão o referido ditado tivesse desaparecido, mas podia-se constatar que não pelos estaleiros na Praça de Alvalade, e a estação de Roma que aguardava o almejado elevador. Isto nas obras da Linha Verde. E o contágio para a Linha Vermelha foi uma realidade: primeiro, foi no Jardim da Alameda D. Afonso Henriques, depois na Av. Duque D’Ávila. -----

----- Pediu ao Sr. Presidente que pusesse tento aos serviços da Câmara Municipal de Lisboa. Constataram que foi autorizada, há dois anos, a remodelação da Alameda Cardeal Cerejeira, vários serviços camarários deram parecer favorável para essa obra, mas, pasme-se, um serviço camarário, depois de ter dado um parecer favorável, embargara a obra há dois anos. Estava a referir-se aos Serviços de Tráfego! -----

----- Portanto, pedia que o Sr. Presidente acabasse com os pequenos poderes, porque assim ia o dinheiro da Câmara e a Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)**, no uso da palavra, disse que o Grupo Municipal do PS recebia com agrado a recomendação do PSD relativamente à

Cidade Universitária, reconhecendo, evidentemente, que existiam alguns dos problemas que eram indicados na recomendação, mas também não deixava de realçar, com algum ênfase, os indicadores positivos de desenvolvimento do País no que dizia respeito à violência grave e à criminalidade. -----

----- Disse que nessa recomendação, que se referia à zona da Cidade Universitária, parecia-lhe também de bom tom salientar todo um conjunto de intervenções que foram feitas na Alameda da Universidade, junto à Reitoria, que permitiram que toda aquela zona, que até há pouco tempo não foi alvo de intervenção, tivesse tido há pouco tempo todo um trabalho ao nível das zonas verdes e da iluminação, tornando o espaço mais acolhedor não só para os utilizadores residentes mas também para a comunidade académica inscrita no espaço da Cidade Universitária. -----

----- Portanto, para além de se ter requalificado o espaço, também se reduziu o índice de insegurança naquela zona. -----

----- **A Deputada Municipal Rita Magrinho (PCP)**, no uso da palavra, disse que gostaria de se referir ao facto do Grupo Municipal do PCP se ter empenhado profundamente na elaboração da moção que tinha a ver com a suspensão da aplicação do Decreto-Lei referente à renda apoiada, tanto mais que – e nesse aspecto conviria que fossem esclarecidas algumas situações – a situação injusta que esse diploma acarretava era profundamente lesiva e atentatória das condições de vida das pessoas com menores recursos. -----

----- Mas desejava referir também que quando o regime de cedências precárias acontecera, para as 23.000 famílias que neste momento moravam em bairros municipais a situação de renda apoiada estava muito distante. E seria bom que certos Srs. Deputados Municipais que já ali intervieram hoje, tivessem em linha de conta que desde o novo regime de arrendamento urbano fora institucionalizado em 2006, que se estava à espera que, de facto, fossem definidos os novos regimes de arrendamento social. -----

----- Esta era uma situação que desde 2006 estava a aguardar diligências legislativas, e que portanto não podia fazer recair sobre as pessoas de menores recursos situações inaceitáveis, como seria, do ponto de vista do PCP, a actualização relativamente à renda apoiada, tal como ela existia. -----

----- Aliás, o PCP, nesse aspecto, só lamentava que na Assembleia da República, desde 2007, os restantes partidos não tivessem acompanhado a resolução deste problema, na votação da alteração de uma Lei tão injusta. -----

----- Por isso, sublinhando o PCP a importância desta questão, gostariam igualmente de referir que era indispensável que nos bairros tutelados pelo IHRU, como ali já hoje foi largamente referido, que nomeadamente no caso de Lisboa tinham uma expressão mais acentuada nos bairros das Amendoeiras e dos Lóios, essa situação pudesse ser efectivamente alterada e criadas condições para uma rápida resolução do problema. ---

----- Se a moção fosse aprovada, a sugestão que faziam era que a Sra. Presidente da Assembleia Municipal fizesse a entrega dessa mesma moção na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, na Assembleia da República, para que, em função da posição que a Assembleia Municipal de Lisboa viesse a

tomar, pudesse ser dado conhecimento à Assembleia da República dessa situação. Era uma sugestão que deixavam à Sra. Presidente. -----

----- Seguidamente, aludindo a uma visita que fizeram ao Bairro da Boavista, disse que pretendia referir as questões graves de áreas emparedadas que existiam na parte mais velha do bairro, o que se compreendia porque o bairro seria objecto de alterações. O problema era que esse emparedamento não contemplava uma limpeza relativamente a um conjunto de situações que criavam insalubridade grave para os moradores que estavam à volta, e que continuavam a não ser resolvidas. -----

----- E também o facto de desde Janeiro, isto é desde que o clube Águias foi objecto de apoio por parte da Câmara através da cedência de uma nova sede, a antiga sede estar numa situação de alta degradação. Neste momento ela era palco de brincadeiras de crianças, quando existiam naquela área, para além do lixo, dos ratos, etc., situações gravíssimas de amianto espalhado naquela zona. Pensavam que num espaço em que a abertura desse edifício não tinha mais do que dois metros, não custava muito à Câmara fazer uma vedação para resolver essa situação, evitando, assim, problemas mais complexos para aquele bairro. -----

----- **A Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)**, no uso da palavra, referindo-se à moção relativa ao bloqueio da Faixa de Gaza, disse que, como sabiam, as divergências existentes entre Israel e a Palestina advinham de origens históricas e religiosas. Infelizmente, e como sabiam também, eram praticados inúmeros actos de violência e terrorismo pelas populações residentes no território em disputa, sendo que o bloqueio tem sido justificado por questões de segurança nos Estados de Israel e do Egipto. -----

----- Não podiam esquecer que Gaza de momento estava a ser governada pelo Hamas, um grupo islamista que destilava o ódio contra o Ocidente e contra a democracia, praticava actos terroristas sobre os seus cidadãos, oprimindo e praticando crimes contra as mulheres, contra homossexuais e diversas minorias, incluindo as religiosas. -

----- Disse que o CDS-PP concordava, por norma, quanto ao apelo às partes envolvidas de forma a que fossem encetadas negociações de boa fé, a fim de normalizar a situação de Gaza. No entanto, essa matéria não era competência da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Além disso, era preciso ter em conta que o Hamas não reconhecia Israel como um Estado, logo não existia qualquer tipo de margem para negociações. -----

----- O CDS-PP defendia a resolução do conflito, mas reprovava esta moção pró-palestiniana uma vez que ela pretendia importar um conflito e não contribuir para a verdade nem para a paz, ao colocar o ónus da culpa, de forma propagandística e sem fundamento histórico, do lado da única democracia instalada naquela zona, a israelita.-

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, começou por aludir à moção n.º 8, contra o bloqueio da Faixa de Gaza, dizendo que a subscreviam e o seu camarada, Deputado Municipal José Casimiro, já referira cabalmente as razões que justificavam a sua apresentação. -----

----- Mas desejava fazer uma referência a um argumento que ali foi apresentado pelo PSD e pelo PS, mais pelo PSD mas o PS também se mostrara sensível, no sentido de

que este não era bem um problema que tocasse a Lisboa. E quanto a isso desejava referir dois aspectos. -----

----- Primeiro: as violações dos Direitos Humanos eram problemas universais, onde havia uma violação de Direitos Humanos todos os seres humanos tinham obrigação de responder, e, portanto, as violações dos Direitos Humanos, onde quer que fossem praticadas, eram um problema dos lisboetas e de Lisboa. -----

----- Segundo: não eram só as crises financeiras que se importavam. Quem tinha uma visão mais paroquial não se podia esquecer que os problemas de insegurança também se importavam, e que as situações de injustiça que eram mantidas pela força necessariamente provocavam reacções, e essas reacções podiam recair também sobre Lisboa. -----

----- Portanto, o problema de Gaza, nessa visão mais paroquial que não era a que tinham, também dizia respeito a Lisboa. -----

----- Disse, depois, que o CDS-PP apresentara uma proposta de extinção da GEBALIS, e já tivera ocasião de dizer que eram bem-vindos a essa posição que o BE tem vindo a defender, nomeadamente depois de durante alguns anos terem estado associados à gestão da GEBALIS. E aí, convinha dizê-lo, a uma gestão desastrosa da empresa. -----

----- O BE tinha, em relação a essa matéria, uma posição muito clara, que estava expressa no programa eleitoral e que têm vindo sucessivamente a defender. Não concordavam com a extensão do parque empresarial que a Câmara presentemente detinha, entendiam que algumas das empresas municipais das que ainda hoje existiam não tinham justificação funcional suficiente, e as suas funções podiam e deviam ser desempenhadas pelos serviços da Câmara. -----

----- Contudo, não votariam esta proposta porque entendiam que uma questão desta índole não se justificava que fosse abordada num período de Antes da Ordem do Dia com a apresentação de uma simples recomendação. O problema do parque empresarial municipal era um problema grande da gestão municipal e, por isso, o BE, na Conferência de Representantes, apresentara uma proposta no sentido de que numa futura reunião da Assembleia, depois de férias, fosse numa reunião dedicada ao debate específico de um tema, fosse numa outra qualquer reunião, fosse agendado o tema “Parque Empresarial Municipal. Situação actual, perspectivas futuras”, e que nessa reunião esse tema fosse abordado inicialmente pela Câmara Municipal para apresentar a visão do Executivo relativamente ao problema, e que depois se abrisse um debate alargado às diferentes forças políticas. -----

----- Também propuseram que esse debate fosse precedido da distribuição, pelas várias forças políticas, dos relatórios e contas do ano transacto de todas as empresas municipais. -----

----- Por essa razão, concordando embora com o que era proposto pelo CDS-PP, ou seja, a extinção da GEBALIS, não votariam a favor da proposta mas abster-se-iam na votação. -----

----- **O Deputado Municipal Gonçalo da Câmara Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que o PPM apresentava hoje uma moção sobre o Castelo de São Jorge, e queria tentar dar uma ideia do que, para o PPM, era o Castelo de São Jorge. -----

----- O Castelo de São Jorge era um símbolo que além de ser da Câmara Municipal de Lisboa era também um símbolo nacional. Não havia dúvida nenhuma que era um símbolo da força autárquica, e já há muitos anos o PPM pugnava para que o Castelo de São Jorge fosse a residência oficial do Presidente da Câmara. Isso ainda não colhera, a residência oficial do “Alcaide” de Lisboa estava em Monsanto, ou seja, estava voltada para o campo, mas quanto ao PPM dava mais dignidade à presidência da autarquia que a residência oficial fosse o Castelo de São Jorge, e a Sala Ogival fosse um sítio para receber as visitas estrangeiras. -----

----- Disse que não vinha mal nenhum ao mundo pelo “Alcaide” ter a sua residência oficial no Castelo de São Jorge. Em Espanha faziam isso e não vinha mal nenhum ao mundo. -----

----- Agora, eram contra as “portagens” no Castelo de São Jorge. Quem as pusera foi o Prof. Carmona Rodrigues, ex-Presidente da Câmara, fazendo a discriminação entre portugueses de primeira e portugueses de segunda, já que os lisboetas não pagavam e quem vinha de fora, como era o seu caso porque é alentejano, tinha que pagar uma taxa para ver um dos símbolos da nacionalidade. Se a Câmara não tinha dinheiro para restaurar o Castelo de São Jorge havia muita forma de o arranjar, e não ser os de fora de Lisboa a terem que pagar. E, ainda por cima, fechar o principal miradouro de Lisboa ao público. -----

----- Portanto, a moção tinha por finalidade chamar a atenção para isso. Sabia que ela não colhia muitas simpatias, mas de qualquer maneira ficava o reparo para que começassem a pensar em retirar a residência oficial do Presidente da Câmara das hortas onde se encontrava, que se lhe desse dignidade mudando-a para outro sítio, e se fosse para o Castelo de São Jorge o PPM agradecia. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Marques (IND-PS)**, no uso da palavra, disse que dado o pouco tempo que tinha, somente um minuto, apenas desejava referir que enquanto as cidadãs e os cidadãos de Lisboa, em quaisquer funções, aguardavam com alguma expectativa e esperança o jogo de futebol que se seguia às 19:30 horas, do outro lado do mundo, mas bem perto de todos, pelo menos nos seus corações, os jovens e as jovens de Israel e da Palestina apreendiam a desesperança nos bancos da guerra. -----

----- **O Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra, começou por, nos cumprimentos iniciais, referir a ausência do Sr. Presidente da Câmara dizendo que até trazia o seu nome nos apontamentos com um ponto de interrogação tão poucas as vezes que ali estava presente quando ele intervinha. -----

----- Num comentário à sugestão do Deputado Municipal Gonçalo da Câmara Pereira relativamente à questão da residência oficial do Presidente da Câmara passar de Monsanto para o Castelo de São Jorge, referiu que o facto da residência do Presidente

da Câmara estar em Monsanto não tinha protegido Monsanto, por isso talvez fosse de insistir que era melhor que ele fosse ficando por Monsanto. -----

----- Depois, disse que se queria referir a um facto que os fazia acreditar algumas vezes, nem sempre mas suficiente número de vezes, no funcionamento dos processos democráticos na Cidade de Lisboa e no País. -----

----- Era entusiasmado que verificava, que não obstante o imperdoável seguidismo que a Câmara demonstrara e prosseguira quanto ao assunto do terminal de contentores de Alcântara, o Parlamento revogara um Decreto-Lei estabelecido para permitir o caso, esse único caso, da prorrogação da concessão por mais 27 anos sem qualquer concurso público. Estiveram, assim, perante uma situação ilegal e ilegítima que agora a Assembleia da República vinha corrigir. -----

----- Disse que Lisboa tinha agora cinco anos para ponderar, estudar, negociar e decidir se queria, e como queria, ser um porto de contentores eficiente e rendível para a Cidade. -----

----- Pelo lado da freguesia que representava, esperava, sinceramente, que a escolha não continuasse a recair numa zona consolidada da Cidade de amplas vistas e de ar lavado, que tem sido historicamente utilizada para transporte de passageiros, para cruzeiros e para o turismo, sempre de forma sustentada e segura e por mais de um século. E tinha lá dois tesouros que não havia no mundo: as duas gares marítimas que hoje se encontravam mergulhadas em contentores por todos os lados, menos por um, tipo istmo. -----

----- Mas a Lisboa competia decidir, e o que sobretudo se pretendia, era que decidisse de forma democrática, universal, tecnicamente correcta e ambiciosa, sem se deixar tolher por interesses de terceiros, de origem muito controversa. Estariam ali para ver, para participar e para trabalhar. Tão logo Lisboa assim o quisesse. -----

----- Seguidamente, referindo-se ao Parque Florestal de Monsanto, disse que esse espaço de privilégio era de toda a Cidade, e de todos lisboetas, mas era sobretudo, e teria que continuar a sê-lo, dos vindouros. Teria que ser dos filhos e netos de cada um, teria que ser permanentemente, porque teria que ser futuro, e estava sobre todos a responsabilidade de o proteger e preservar para as novas gerações. -----

----- A Assembleia Municipal declarara já o estado de tolerância zero para novas construções, novas impermeabilizações no Parque Florestal de Monsanto, mas a Câmara, que deveria, por Lei, ser a sua primeira guardiã, em vez de tolerância zero fazia estaca zero, com total desdém. Era como se nada ouvisse, era como se a nada ligasse, era como se pudesse sempre fazer aquilo que quisesse. E queria mal! Ainda podia querer bem, mas queria mal, queria continuar a promover o mesmo, sabia-se lá a promover cada vez mais depredações em Monsanto. -----

----- Aparentemente o parque funcionava como um infinito potencial de construções, de modificações, algumas até de carácter logístico, que não serviam os interesses da Cidade. Dizia isto porque suspeitava que se a Câmara continuasse a mostrar-se tão refractária aos interesses da Cidade, como agora estava, ainda haviam de discutir ali, não tardava mesmo nada, a destruição do coberto vegetal do Alto da Serafina e a

abertura de vias rápidas para acesso dos serviços, que foram no entanto criados para proteger a Cidade. -----

----- Extrema ironia! A mesma, aliás, que os fazia assistir a que o primeiro protector do parque, fosse, afinal, o primeiro predador! -----

----- Terminou dizendo que deixava à Sra. Presidente quatro fotografias, de dezenas de outras que tinham, que testemunhavam o alcance brutal das intervenções em execução, à revelia da Assembleia Municipal e dos lisboetas. Uma imagem valia mais que mil palavras, pelo que deixava à Mesa mais de quatro mil palavras de protesto. ---

----- **A Deputada Municipal Inês Drummond (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, no uso da palavra, disse que o PS subscrevera também a moção sobre a suspensão da aplicação do Decreto-Lei 166/93, sobre a renda apoiada, e que, como era óbvio, iria votá-la favoravelmente. -----

----- Relativamente à recomendação sobre o jardim-de-infância n.º 1, de Benfica, disse que, de facto, o estado de degradação do acesso ao jardim estava muito avançado, e isso tinha a ver com o inverno rigoroso que tiveram mas também com o facto dessa rua ser uma rua de acesso a um estaleiro que neste momento estava montado para as obras do Agrupamento de Escolas Pedro de Santarém. -----

----- Era uma estrada que tinha uma vala a céu aberto, o que era muito perigoso para as crianças que tinham que ir para o jardim-de-infância. Essa estrada ia dar não só ao jardim-de-infância mas também à Escola Superior de Educação, não tinha estacionamento nem passeios, e neste momento era caricato verem os camiões das obras a terem que sair de marcha a trás porque nem sequer havia local para dar a volta, o que era um perigo. Geralmente tinham três ou quatro trabalhadores das obras que ajudavam os camiões a fazer marcha a trás, mas o perigo era eminente. Estavam a falar de um jardim-de-infância e de um Agrupamento de Escolas do 1º, 2º e 3º Ciclos, pelo que era urgente intervir nessa área. -----

----- Disse, ainda, que em situações de emergência não passava um carro de bombeiros, e uma ambulância muitas vezes não conseguia chegar lá acima, o que reforçava a urgência de intervir ali. -----

----- Referiu que a Junta, para além das reuniões com as associações de pais, com a Escola Superior de Música, com o jardim-de-infância e com os agrupamentos de escola, quer Pedro Santarém, quer Quinta de Marrocos, tinha tido também reuniões com os serviços da Câmara tentando que se encontrasse uma solução. Aliás, ainda esta semana estiveram com a Parque Escolar e com a DREL no local, porque achava que aquilo só visto, falado quase que ninguém acreditava. -----

----- Portanto, o Grupo Municipal do PS associava-se às preocupações da Associação de Pais e do jardim-de-infância, e iria votar favoravelmente a recomendação. -----

----- Por fim, sobre a intervenção do Deputado Municipal Magalhães Pereira, disse que provavelmente não estaria informado, mas ainda hoje, na Conferência de Representantes, tinha ficado justificada a ausência do Sr. Presidente da Câmara, e tal tinha a ver com o facto de neste momento estar a decorrer o lançamento do livro do Coronel Pedroso Marques, seu padrao, no Corte Inglês. Mas poderia falar com o seu líder de bancada que com certeza o informaria que houve até uma tentativa para fazer

uma alteração na Ordem de Trabalhos de forma que ainda hoje pudesse ser apreciada a informação escrita do Presidente da Câmara, o que não foi possível. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Agrochão (PCP)**, substituto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, começou por referir que dizia o povo que o caminho fazia-se caminhando, ao que acrescentava que só valia a pena caminhar se o fizessem na direcção certa. E era precisamente sobre a direcção que a Câmara Municipal de Lisboa tem seguido, que a moção que denunciava o degradar das condições dos trabalhadores dos cemitérios do Município, pretendia reflectir. -----

----- Numa altura em que o desemprego atingia valores *record* no País e na Cidade, numa altura em que era de esperar que as instituições públicas assumissem políticas contra-cíclicas alavancando a economia rumo ao crescimento e prosperidade, o presente Executivo camarário continuava a investir na redução de postos de trabalho essenciais e no depauperamento das condições de trabalho dos funcionários do Município, estratégia que, naturalmente, implicava a degradação do próprio serviço público. -----

----- E em nome do quê? Diziam os entendidos que essas eram medidas de acordo com os valores da eficiência. Tudo bem, porque então a questão que sobrava era eficiência em quê? Sendo a eficiência a capacidade de fazer bem gastando o menos possível, facilmente concluíam que não podiam falar em eficiência sem garantirem, em primeiro lugar, que o que era feito era bem feito. Ou seja, prestar um serviço público para cortar despesa não era eficiência, era má gestão, e esta certamente não era a direcção que os lisboetas queriam para a sua Cidade. -----

----- Eficiência era colocar pessoas certas nos locais certos prestando um serviço público de excelência, que ia ao encontro das pretensões dos cidadãos de Lisboa, e neste caminho qualquer atalho, era e seria sempre, uma subversão da missão da Assembleia Municipal. -----

----- Nesse sentido, o PCP defendia e continuaria a defender que, quer no caso dos trabalhadores dos cemitérios, quer no caso dos jardineiros e calceteiros, entre outros, a solução passava por reforçar, de forma adequada, a capacidade de resposta às necessidades e não pela redução da qualidade do serviço, ou subcontratação de privados que não têm, nem tinham que ter, o espírito de missão pública essencial à satisfação das necessidades dos lisboetas. -----

----- A terminar, disse, dirigindo-se aos Srs. Vereadores e aos Srs. Deputados Municipais do PS, que a direcção era pela esquerda. Seria que ainda se lembravam do caminho? -----

----- **A Senhora Presidente** disse que o Sr. Presidente da Câmara, tendo que se ausentar por razões de ordem pessoal, como já havia dito no início da reunião, informou-a que ficaria representado pela Sra. Vereadora Helena Roseta. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Roseta**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que não ia responder a todas as questões que foram solicitadas à Câmara, mas apenas àquelas a que estava habilitada a responder. -----

----- Relativamente aos documentos que estavam para votação, disse que queria saudar a moção n.º 11, sobre a questão da renda apoiada. Ela resultava de um contacto

feito entre vários Grupos Municipais, e também de um pedido seu, em audiências que tivera praticamente com todos os Grupos, faltava-lhe apenas o PPM e o MPT, chamando a atenção para a importância desta matéria e para a necessidade da Cidade de Lisboa, como tal, ter uma posição sobre essa matéria, e nada melhor que a Assembleia Municipal para representar a Cidade de Lisboa. -----

----- Essa era uma matéria muito grave na Cidade. Lisboa é a Cidade do País com mais habitação social, isso tinha um impacto enorme na Cidade e, portanto, se a moção fosse aprovada, e pensava que seria pelas subscrições que já tinha e se fosse aceite a sugestão que o PCP ali fizera, ficariam todos bastante satisfeitos se a Sra. Presidente pudesse levar essa moção ao Parlamento, levando, portanto, essa vontade da Assembleia Municipal. -----

----- Saudou também os representantes do Movimento de Moradores de Marvila que foi quem começara com esse combate, assim como as associações de moradores que estiveram todas presentes no sábado passado, e que pediram à Assembleia Municipal que se pronunciasse neste sentido. Tinha consigo a listas das associações presentes, não iria fazer perder tempo, mas foram cerca de 16 bairros que estiveram presentes. ---

----- Referiu que, no que dizia respeito à Câmara Municipal de Lisboa, já dera orientação aos serviços no sentido de não ser aplicada a renda apoiada até ser alterado o Decreto-Lei 166/93, para as cedências precárias em vigor. A Câmara era obrigada a aplicar a Lei para os novos contratos, mas para os que estavam em vigor tinham a opção de escolher se aplicavam ou não. Portanto, a orientação que foi dada foi não aplicar até que a Lei fosse alterada. -----

----- Informou, também, que tinha um mandato, que o Sr. Presidente da Câmara lhe delegara, no sentido de preparar um Projecto de Lei sobre esta matéria. Havia um já pendente no Parlamento, do Grupo Parlamentar do PCP, mas, em qualquer caso, a Câmara Municipal de Lisboa, como tal, também iria fazer chegar um aos Deputados da Assembleia da República. Dando corpo a esta moção, poderiam vir a preparar um articulado para ser um contributo para o trabalho da Assembleia da República. -----

----- Passando à recomendação do Grupo Municipal do CDS-PP sobre a GEBALIS, disse que já tivera ocasião de explicar aos Srs. Deputados Municipais que subscreveram essa recomendação que, a seu pedido, a GEBALIS pedira, em Maio passado, a uma entidade externa independente, um estudo sobre dois cenários possíveis: a extinção ou a reestruturação, ou ainda outros cenários que a consultora externa entendesse necessários. -----

----- A empresa estava realmente a atravessar uma fase difícil, não ia agora discutir ali os considerandos da recomendação porque achava que essa discussão teriam que a fazer com os números na frente, mas, em todo o caso, a própria empresa pedira esse estudo, já tivera ocasião de transmitir às direcções dos Grupos Municipais com quem já reunira que o estudo estaria pronto dentro de duas semanas, e pensava que a Câmara Municipal de Lisboa não deveria tomar uma decisão prematura sobre a extinção de uma empresa que tinha duzentos e tal trabalhadores e desempenhava uma determinada missão na Cidade, sem primeiro analisar todos os dados do problema,

quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista laboral, quer do ponto de vista da própria missão que a empresa tinha. -----

----- Todos tinham bastante consciência das dificuldades, têm vindo a fazer reuniões nos bairros sociais, com a presença da empresa, prestando contas aos moradores dos bairros dos números da empresa, já praticamente fizeram a volta a todos os bairros faltando apenas duas reuniões para terminar, iam fazer chegar a todos os Grupos Municipais a prestação de contas que a GEBALIS fizera em todos os bairros, bairro a bairro, de tudo o que tinha de rendas cobradas, rendas por cobrar, investimentos feitos, investimentos previstos, intervenções realizadas, etc., para com base nesses elementos e com base no estudo que fora pedido a uma entidade externa, tanto na Câmara como na Assembleia, nomeadamente nas Comissões interessadas na matéria, poderem fazer uma reflexão sobre o que queriam da GEBALIS, como era que queriam gerir a habitação social em Lisboa, e que era que a Câmara melhor podia servir os seus inquilinos que, na maior parte dos casos, eram, de facto, famílias que careciam de um apoio para terem direito à habitação. -----

----- Concluiu dizendo que fosse qual fosse o resultado da votação, pelo seu lado não poderia acolher uma recomendação neste sentido, enquanto não tivessem os dados todos. Não era qualquer espécie de preconceito, era apenas uma questão de racionalidade de gestão e de terem o dever, na sua opinião, de analisar os problemas com base no maior número de dados pertinentes que pudessem para decidirem em consciência sobre uma matéria tão importante. -----

----- Findas as intervenções, o **Deputado Municipal Dias Baptista (PS)** requereu à Mesa que a moção n.º 8 fosse votada ponto por ponto, e também o **Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, requereu que a moção n.º 11 fosse votada ponto por ponto, e ainda que no ponto 1 fossem votados em separado os *items* 3 e 4. -----

----- **A Senhora Presidente** deu então início ao processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Nota:** As alterações que foram sendo anunciadas pela Sra. Presidente antes da votação de cada documento, assim como aquelas que foram sugeridas ao longo do debate e aceites pelos proponentes, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia. --

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 1**, subscrita pelo PSD, PCP, IND-PS, CDS-PP, BE, PPM, MPT, PEV, e também pela Sra. Presidente. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 2**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis PSD, PCP, 3 IND-PS, CDS-PP, BE, PPM, MPT e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 3**, apresentada pelo PCP, com votos contra do PS, CDS-PP e MPT, votos favoráveis do PCP, BE, PPM e PEV e a abstenção do PSD e 3 IND-PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 4**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis PSD, PCP, 3 IND-PS, BE, PPM, MPT e PEV, votos contra do PS, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 5**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis PSD, PCP, 3 IND-PS, CDS-PP, BE, PPM, MPT e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 6**, apresentada pelo PEV. -----

----- A **Moção n.º 7** foi fundida com a Moção n.º 4, já votada. -----

----- A **Moção n.º 8**, apresentada pelos IND-PS, a requerimento do PS foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Ponto 1** – Rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e MPT, votos favoráveis PCP, 3 IND-PS, BE e PEV, e a abstenção do PS e 2 PSD. -----

----- **Ponto 2** – Rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e MPT, votos favoráveis PCP, 3 IND-PS, BE, PEV e 1 PSD, e a abstenção do PS e 3 PSD. -----

----- **Ponto 3** – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, 3 IND-PS, BE, PPM, PEV e 2 PSD, votos contra do CDS-PP e MPT, e a abstenção do PSD. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 9**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PPM, MPT e PEV, votos contra do PS e 3 IND-PS. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 10**, apresentada pelo PPM, com votos contra do PSD, PS, PCP, 3 IND-PS e PEV, votos favoráveis do BE e PPM, e a abstenção do MPT e CDS-PP. -----

----- A **Moção n.º 11**, apresentada pelo PCP, BE, PEV e IND-PS, a requerimento do PSD foi votada ponto por ponto, sendo que no ponto 1 também foram votados separadamente os *items* 3 e 4, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Item 3 do ponto 1** – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, 3 IND-PS, BE, MPT e PEV, votos contra do PSD e PPM, e a abstenção do CDS-PP. ----

----- **Item 4 do ponto 1** – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, 3 IND-PS, BE, MPT e PEV, e a abstenção, do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- **Ponto 1** – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, 3 IND-PS, BE, PPM, MPT e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- **Ponto 2** – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, 3 IND-PS, BE, MPT e PEV, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- **Ponto 3** – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, 3 IND-PS, BE, MPT e PEV, votos contra do PSD e PPM, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 12**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, 3 IND-PS, CDS-PP, BE, PPM, MPT e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 13**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, 3 IND-PS, CDS-PP, BE, PPM, MPT e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Acabada a votação das moções iniciou-se o processo de votação das recomendações, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 1**, apresentada pelo MPT. -----

----- A **Recomendação n.º 2** foi retirada pelo partido subscritor, o MPT. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Recomendação n.º 3**, apresentada pelo CDS-PP, com votos contra do PS, PCP, 3 IND-PS e PEV, votos favoráveis do CDS-PP, PPM e MPT, e a abstenção do PSD e BE. -----

----- Os Deputado Municipais Rui Cordeiro e Rodrigo Gonçalves, do PSD, não tomaram parte na votação da Recomendação n.º 3, por incompatibilidade. -----

----- A **Recomendação n.º 4**, apresentada pelo PSD, a requerimento do PCP foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Ponto 1** – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, 3 IND-PS, CDS-PP, BE, PPM e MPT, e a abstenção do PCP e PEV. -----

----- **Ponto 2** – Aprovado, por unanimidade. -----

----- **Ponto 3** – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, 3 IND-PS, CDS-PP, PPM e MPT, e votos contra do PCP, BE e PEV. -----

----- **Ponto 4** – Aprovado, por unanimidade. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 5**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, 3 IND-PS, CDS-PP, BE, PPM, MPT e PEV, e votos contra do PS. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Nós votamos contra a moção n.º 10 porque o PCP foi sempre contra a cobrança de entradas no Castelo de São Jorge a visitantes portugueses. Portanto mantemos essa posição que o Castelo deve ser de livre acesso a todos os cidadãos de Portugal. -----

----- Votamos contra a recomendação n.º 3, extinção da GEBALIS, porque é uma recomendação que consideramos prematura por estar toda a matéria em apreço relativa à questão das alterações que são necessárias para melhor servir Lisboa. -----

----- Na recomendação n.º 4 abstivemo-nos no ponto n.º 1 por entendermos que não cabe nas atribuições da Polícia Municipal o que é proposto. -----

----- Votamos contra o ponto n.º 3 porque estamos em desacordo com tentações securitárias e de intrusão na vida pessoal e na liberdade dos cidadãos.” -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “O PSD absteve-se na recomendação do CDS-PP relativamente à extinção da GEBALIS, não porque não considere que essa poderá vir a ser uma solução para o problema, mas porque consideramos que é prematuro e é precipitado. E não me levarão a mal que afirme que é com alguma ligeireza que se apresenta uma proposta aqui, hoje, sobre a extinção de uma empresa, depois de se saber da intenção da Sra. Vereadora em estudar qual é o problema e de procurar encontrar uma solução para esse problema. -----

----- Nós estamos de acordo relativamente ao problema, mas esperamos serenamente e estaremos disponíveis para avaliar e analisar as conclusões que venham a ser tiradas de acordo com o estudo que a Sra. Vereadora pediu. -----

----- Uma última nota que não posso deixar de referir, é que consideramos, ainda assim, que seria preferível que a Câmara, por iniciativa própria, decidisse encomendar um estudo e que não solicitasse à administração da GEBALIS a apresentação de um estudo sobre a sua própria reforma. Parece-nos que não faz muito sentido.” -----

----- **O Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** disse que iam apresentar a declaração de voto, por escrito. -----

----- No entanto, em relação à recomendação sobre a GEBALIS estranhavam a votação de alguns partidos, nomeadamente a abstenção do PSD, uma vez que concorreram juntos, defendiam o mesmo, sabiam a situação da GEBALIS porque há seis anos a empresa estava na situação em que estava. Não era preciso um estudo de viabilidade económica para se saber, já que todos tinham acesso às contas dos últimos seis anos, e, portanto, não se compreendia que um partido que estivera em coligação com o CDS-PP e defendia a extinção da GEBALIS acerrimamente, agora se tivesse abtido nesta votação. -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos. -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da CML acerca da actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 – Proposta 3/AM/2010;** -----

----- **Ponto 3 – Proposta 4/AM//2010;** -----

----- **Ponto 4 – Proposta 115/2010;** -----

----- **Ponto 5 – Proposta 224/2010;** -----

----- **Ponto 6 – Proposta 250/2010;** -----

----- **Ponto 7 – Proposta 251/2010;** -----

----- **Ponto 8 – Proposta 268/2010;** -----

----- Foi distribuído um aditamento com os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 9 – Proposta 303/2010;** -----

----- **Ponto 10 – Proposta 304/2010.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente** informou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal estaria disponível até às 17 horas e 45 minutos para apresentar a informação escrita, mas por um compromisso pessoal, que tinha a ver com o facto de o seu padraço apresentar hoje um livro, tivera que sair. -----

----- Assim, a informação escrita do Sr. Presidente seria apresentada no próximo dia 13 de Julho, segunda reunião desta Sessão. -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA NÚMERO 3/AM/2010 – ELEIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

Entidade	N.º de Representantes da AML
Conselho Municipal de Segurança de Lisboa [nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 33/98, 18 de Julho, e das alíneas f) e s) do artigo 4º da Deliberação n.º 55/AM/99, com a redacção introduzida pela Deliberação n.º 51/AM/2002] -----	1 Presidente de Junta de Freguesia (Madalena) 1 Representante de Reconhecida Idoneidade (Indicado pelo Grupo Municipal do PPM) -----

----- **A Senhora Presidente** deu nota dos resultados da votação, que decorrera em paralelo com os trabalhos do período de Antes da Ordem do Dia, que foram os seguintes: -----

----- Número de votantes 97 -----
----- Votos a favor 66 -----
----- Votos contra 9 -----
----- Abstencões 11 -----
----- Votos brancos 11 -----

----- Face ao resultado desta votação, proclamou eleitos para o Conselho Municipal de Segurança de Lisboa, o Sr. Jorge da Rocha Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia da Madalena, e o Sr. Armando Carlos Ferreira, como personalidade de reconhecida idoneidade, candidato apresentado pelo PPM, ambos constantes da lista única que foi apresentada a sufrágio. -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA NÚMERO 4/AM/2010 – ELEIÇÃO DE 1 REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A FIM DE INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE, ACES (AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE) DA GRANDE LISBOA III – LISBOA CENTRAL, DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 31º DO DECRETO-LEI N.º 28/2008, DE 22 DE FEVEREIRO.** -----

----- **A Senhora Presidente** informou que os resultados da votação, que decorrera em paralelo com os trabalhos do período de Antes da Ordem do Dia, foram os seguintes: -

----- Número de votantes 99 -----
----- Votos a favor 72 -----
----- Votos contra 6 -----
----- Abstencões 9 -----
----- Votos brancos 12 -----

----- Face ao resultado desta votação, proclamou eleito para representar a Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade, ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) da Grande Lisboa III – Lisboa Central, o Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, do PS, constante da lista única que foi apresentada a sufrágio. -----

----- Depois, disse que, no decurso da reunião, foi dando posse aos membros eleitos para o Conselho Municipal de Segurança de Lisboa que, convocados para as 17 horas, entretanto foram chegando. Portanto esse assunto estava arrumado. -----

----- Quantos aos membros eleitos hoje, disse que já todos tomaram posse. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 24 de Novembro de 2009, inserida a páginas 5 da respectiva acta. (acta n.º 2).---

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, deu por encerrada a reunião, informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, no dia 13 de Julho próximo, pelas 15 horas. -----

----- Eram 19 horas e 15 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.

----- A PRESIDENTE -----